



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente: Ex.ma Sra. **Celmira Sacramento****Secretários:** Ex.ma Sra. Bilaine Ceita

Ex.mos Srs. Silvestre Mendes

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 26 minutos.

Tratando-se da primeira sessão plenária do ano 2025, a Presidente saudou e desejar a todos as Deputadas e Deputados um bom ano 2025 e sucessos nos trabalhos parlamentares.

Após uma intervenção de esclarecimento da Sra. Presidente em relação ao rastreio e controlo dos Deputados nas sessões plenárias com a presença do Primeiro-Ministro, o Deputado Danilo Santos propôs a anulação do Despacho do Gabinete da Presidente da Assembleia Nacional sobre o assunto, tendo intervindo também os Deputados Elálcio da Marta (MLSTP/PSD) e José António Miguel (ADI).

Foi debatido e aprovado o Programa do XIX Governo Constitucional, depois da sua apresentação pelo Primeiro-Ministro (Américo Ramos).

No debate, intervieram, além do Sr. Primeiro-Ministro (Américo Ramos), a Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid), o Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe), o

Ministro da Saúde (Celso Matos), o Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais (Nelson Cardoso), a Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Ilza Amado Vaz), a Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (Isabel Viegas de Abreu), os Srs. Deputados Raúl Cardoso (MLST/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Guilherme Octaviano (MLST/PSD), Wuando Castro (MLST/PSD), Honório Sousa Pontes (ADI), Alda Ramos (ADI), Delfim Neves (BASTA), Gabdulo Quaresma (MLST/PSD), Laudino de Jesus (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Izilda Domingos (ADI), Messias Pereira (ADI), Orlando da Mata (ADI), Conceição Moreno (MLST/PSD), José António Miguel (ADI), Danilo Santos (MLST/PSD) e Jorge Bom Jesus (MLST/PSD).

O debate foi encerrado com as declarações finais dos Líderes Parlamentares do MCI/PS-PUN (Beatriz Azevedo), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) e José António Miguel, e do Primeiro-Ministro (Américo Ramos).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 50 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, técnicos de Assembleia Nacional e da Comunicação Social, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Vamos iniciar mais uma sessão plenária. Temos 48 Deputados na Sala, existe quórum pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Albertino Amélia da Cruz

Alberto da Trindade Luís

Alda Quaresma da Costa de Assunção Ramos

Aleksander Monteiro Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Silvestre Moreno Mendes

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Celisa Maria Martins dos Reis Aguiar

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das Neves Amoço

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva Teixeira

Honório Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas de Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpetua Riôa

Salcedas d' Alva Teixeira Barros

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Andrade Correia Catarina

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Eláckio Afonso da Marta

Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jerónimo Pires Quaresma

Jorge Lopes Bom Jesus

José Maria Afonso de Barros

José Rui Tavares Cardoso

Maria da Piedade Vaz da Conceição dos Santos Daio

Osvaldo Eduardo João

Raúl do Espírito Santo Cardoso

MCI/PS-PUN

António dos Reis Faleiro

Baltazar Albertina Quaresma

Beatrix da Veiga Mendes Azevedo
Eldimiro Emiliano Manuel
Hélio Fernandes da Costa Lavres

Movimento BASTA:
Delfim Santiago das Neves
Levy do Espírito Santo Nazaré

A Sra. **Presidente** — Antes de mais, permitam-me que saúde a todas as Sras. e Srs. Deputados, todos os internautas que nos seguem, todos os serviços cá presentes e, já que é a primeira sessão parlamentar deste ano 2025, gostaria de uma forma muito calorosa desejar um bom ano a todos e a todas.

Vamos pedir aos Serviços que chamem o Governo.

Estando todos os membros do Governo, vamos continuar os nossos trabalhos, saudando o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XIX Governo Constitucional e, através de si, todas as Sras. e Srs. Ministros.

Vamos socorrer-nos dos artigos 218.^º, 219.^º, 220.^º e 221.^º, todos do Regimento da Assembleia Nacional, para conduzirmos os nossos trabalhos de apresentação do Programa do XIX Governo.

Antes de chamarmos Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, tenho um pedido do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, na pessoa do Sr. Deputado Danilo Santos. Mas antes de chamar o Sr. Deputado Danilo Santos, gostaria de fazer um esclarecimento com relação aos agentes que nós tínhamos na Assembleia, para procederem ao rastreio e controlo dos Srs. Deputados e certamente dos Srs. Ministros que estão cá hoje. Tendo a Presidente da Assembleia um despacho, dizendo que quando estivesse na nossa Assembleia o Governo, requereríamos os serviços da UPDE, para fazerem o controlo dos Deputados e das Deputadas que entram. E porque fomos fazendo isso durante esta Legislatura, hoje não seria diferente. Mas tive a reacção negativa dos Srs. Deputados, sobretudo os do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, as em concertação com o Sr. Primeiro-Ministro, suspendemos este serviço. Se nós aqui decidirmos que vamos dar sem efeito o despacho existente, somos soberanos e podemos decidir. Mas não podíamos, no sentido contrário, suspender, sem antes termos uma decisão em Plenário, porque é um despacho que estava em vigor. Então, a Mesa está completamente à vontade e disponível para dar sem efeito o despacho existente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Bom dia, Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro e Sra. Ministra do Estado, Sras. e Srs. Ministros.

Sra. Presidente, ainda bem que a senhora começou com esse esclarecimento, porque era exactamente por aí onde eu ia bater. Sra. Presidente, nós, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, temos questionado sempre este problema. Não podemos permitir sermos vilipendiados na nossa própria casa. É como que eu convido alguém para a minha casa e este vem mandar fiscalizar-me. Chê, onde é que nós estamos? Sra. Presidente, espero que seja a última vez que estamos a tratar deste assunto.

Aplausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

Temos que cultivar harmonia e entendimento. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor se sente beliscado aqui na nossa Casa?

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Não.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Se não se sente beliscado, é uma prática do passado que tem que parar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

Aliás, temos um episódio horrível. O então primeiro-ministro veio aqui, todos os deputados foram fiscalizados, revistados, saiu daqui e foi para a Universidade de São Tomé e ninguém foi revistado. Afinal de contas, o que é que fazia o Sr. Primeiro-Ministro? Era tentar humilhar os deputados. Não era nada mais do que isso. Isso não pode continuar! Tem que parar por aqui. Mas para isso a Sra. Presidente tem que anular o despacho que fez. O seu despacho, que está em vigor, não pode continuar. É muito, muito e muito humilhante para todos nós. Se os membros do Governo vêm para aqui isoladamente, sem o Primeiro-Ministro, não há vistoria, não há fiscalização, não há rastreio. O Sr. Primeiro-Ministro não tem que se sentir em perigo! Portanto, cultivemos a paz, a harmonia e cultivemos a relação familiar. Nós somos tão poucos, conhecemo-nos todos uns aos outros e Deus tem que nos ajudar como está ajudando e ajudará sempre.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Muito bem.

A Sra. **Presidente** — Sr. Deputado Danilo Santos, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, o nosso agradecimento. É para dizer que esta prática não começou com a XII Legislatura. Eu já fui revistada, e quem não deve não teme. Sou a paz e sou pela paz. Se o Plenário assim decidir, o despacho será anulado.

Mas para dizer também que nesses serviços de rastreio já se viu deputados com armas, entrando pela Assembleia.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Está com medo?

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa.

A Sra. **Presidente** — Não é por nada que a gente agiu assim. Há um histórico. A decisão de submeter os Srs. Deputados, através do despacho, a esse serviço, não é algo novo, mas também somos soberanos o suficiente para decidirmos aqui em Plenário sobre a anulação do mesmo despacho.

Eu vou solicitar aos Srs. Líderes Parlamentares qual é a posição com relação à anulação do despacho.

O Sr. Deputado Danilo Santos apresentou uma proposta. Através dos Srs. Líderes Parlamentares, podem dizer se concordam com a opinião do Sr. Deputado Danilo Santos ou não concorda, e a Mesa assim procederá.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Um pedido de esclarecimento com relação ao despacho.

A Sra. **Presidente** — Mas já estamos a tratar do despacho com o Deputado Danilo Santos, já submeti a questão aos Líderes Parlamentares e vamos só dizer sim ou não e ultrapassarmos esta questão, para não estarmos aqui a debelar numa questão que já é passada. É também para dizer que esta discussão nem tem espaço neste plenário, mas já que estamos cá e a questão foi levantada, podemos pronunciar-nos e caberá à Mesa depois tomar uma decisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente!

Eu pedi uma interpelação à Mesa no que diz respeito ao assunto que estamos a tratar, despacho. Ao meu ver, Sra. Presidente, o despacho foi feito a sós e deve ser revogado a sós.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente** — Muito obrigada, Sr. Deputado Elálcio da Marta.

Eu não tenho qualquer memória de que quando a Presidente da Mesa toma uma decisão, tem que consultar todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Todo o despacho que a Mesa faz, os Deputados só tomam conhecimento. Não é solicitado se pode ou não fazer o despacho.

Que fique claro, Sr. Deputado Elálcio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Gostaria de cumprimentar a todos os Deputados, em especial o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental e o Povo de São Tomé e Príncipe.

Eu pedi a palavra apenas para pedir esclarecimentos. Dizia a Sra. Presidente que esse despacho ou essa acção não é nova. Enquanto Deputado e alguém que foi recentemente Presidente da Assembleia Nacional, devo pedir esse esclarecimento, porque não me recordo alguma vez na legislatura passada ter havido qualquer tipo de vistoria. É preciso esclarecer em que legislatura se procedeu a esse tipo de prática, que deu continuidade com a senhora.

Muito obrigado!

A Sra. **Presidente** — O Sr. Deputado Delfim Neves colocou uma situação legítima e nós devemos esclarecer, mas é para dizer também que em momento algum eu disse que foi na legislatura anterior ou que foi na XXI Legislatura. Que fique claro também, mas eu enquanto Deputada desta Casa Parlamentar já me submeti a rastreio. Não disse que foi na sua legislatura, Sr. Deputado.

Está claro.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa.

A Sra. **Presidente** — Sobre este assunto? Mas dissemos que este assunto nem tem lugar aqui e acho que já ouvimos o suficiente. Só vou dar a palavra ao Sr. Deputado José António, porque é o primeiro do Grupo Parlamentar do ADI a se pronunciar. Só se alguém do MCI também quiser se pronunciar é que vou passar a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, eu gostaria de dizer à Sra. Presidente que, em observância do artigo 218.º, se não estou em erro, e tratando-se de uma discussão de debate do Programa do Governo, não deverá haver espaço para nenhum outro assunto, se não o Programa do Governo. Por isso, acho que deveríamos reportar este assunto, uma vez que já se conseguiu ultrapassar

a situação relativamente à não vistoria dos Deputados, para a reunião de amanhã, para voltarmos ao debate do Programa do Governo.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel.

É verdade que quando o Sr. Deputado Danilo Santos pediu para fazer uma intervenção prévia, eu não adivinharia aquilo que lhe ocorria na alma. Ele apresentou a situação e eu para não ignorar a situação tentei colher a sensibilidade de outros deputados. É verdade e eu já tinha dito que este assunto não é para aqui chamado. Se tivermos que o discutir, que seja amanhã, porque temos uma reunião plenária amanhã, com todos os pontos, períodos prévio e podemos esbater em exaustão esta situação.

Estamos certos?

Vozes: — Sim.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro do XIX Governo, para fazer a apresentação do Programa.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Américo Ramos): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora: É com o coração carregado de alegria e a mente focada no contrato social para a resolução dos ingentes problemas do nosso povo que o XIX Governo Constitucional profere, através de mim, essas primeiras palavras de saudação às Sras. e Srs. Deputados.

Na imponência desta nobre Casa da democracia, o XIX Governo Constitucional reitera, sem rodeios e com humildade democrática, a convicção na continuidade de uma legislatura que se espera redobrada na abertura, na pluralidade e na participação, porque os desígnios republicanos que o exigem também reclamam de nós, servidores do povo, uma interdependência proactiva para alcançar o desenvolvimento sustentado e sustentável no tempo.

Do anterior, o Parlamento, esta suprema câmara de representação do povo, pode extrair a total disponibilidade e apego do XIX Governo Constitucional ao escrutínio democrático, constitucional e regimental de toda a acção governativa e ao constante diálogo político.

Senhoras e senhores, o actual Governo emergiu do partido vencedor das eleições legislativas de 2022, está formado por membros desse partido e elementos da sociedade civil e, com a maioria absoluta dos assentos parlamentares, continua com a agenda do Partido ADI para a transformação de São Tomé e Príncipe.

O XIX Governo Constitucional está ao serviço do povo, sem deixar ninguém para trás.

O Programa de governação do nosso elenco é um roteiro de políticas de continuidade, retemperadas pelo pragmatismo, pela eficácia e pela gestão transparente e criteriosa da coisa pública. Sabemos que o tempo urge e é expressamente proibido decepcionar o povo. Por isso, optamos por uma equipa de trabalho menos dispendiosa, enxuta, competente e focada nos problemas do País real, com todas as energias viradas para a criação de riqueza, a transformação estrutural da economia do Estado, para depois distribuir em prestações sociais e serviços.

Povo de São Tomé e Príncipe, sabemos e vocês nos dizem que isto não é tudo. Por si só, a caracterização do XIX Governo Constitucional não cura doenças nos hospitais e centros de saúde, não eleva nem mantém os níveis da educação pública, não garante o combate à inflação nem a diminuição do custo de vida, não constrói estradas nem leva água e energia às populações votadas ao abandono e que o Governo espera trabalhar para resgatar. Por isso, é preciso trabalho, trabalho e mais trabalho, para fazer acontecer a melhoria das condições de vida da população; é preciso entender que o Estado e a sua panóplia de órgãos e serviços não são o fim em si, são uma organização e um instrumento à disposição do povo soberano.

O trabalho não é um encargo e um fardo exclusivo do Governo, é antes de tudo uma responsabilidade de todos os órgãos do Estado, para se articularem e empreenderem o obrigatório diálogo político e institucional, de modo que, na medida dos poderes funcionais de cada um, aportem o exacto contributo para a transformação impostergável, gratificante e reconfortante que o nosso povo exige como o maior dos seus direitos fundamentais.

O XIX Governo Constitucional deu o passo e apresentou o seu Programa de governação que mais não é do que uma agenda de trabalhos organizada em cinco grandes eixos, permeados pela humildade democrática da governação transformadora, aceitando que o Governo e os políticos não são os donos e os sumos intérpretes dos anseios sociais.

Para o fortalecimento da governança e da proximidade com o povo (eixo 1 do Programa), entendemos estar alinhados com o Parlamento, especialmente a Bancada do nosso Partido, ao aflorar a necessidade de:

- a) Reforçar a transparência e a prestação de contas;
- b) Reformar todo o Sistema de Justiça
- c) Digitalizar e modernizar os serviços públicos;

d) Fortalecer os meios de escrutínio e participação de cidadãs, especialmente da juventude, e a descentralização do poder. Visando estimular o desenvolvimento económico que resolva os problemas de hoje sem pôr em risco as gerações futuras, ou seja, desenvolvimento económico sustentável (eixo 2), os esforços e a dedicação do Governo estarão na:

- a) Diversificação da economia e reforço dos sectores produtivos;
- b) Infra-estruturação do País;
- c) Melhoria do ambiente de negócios e da atracção do investimento directo;
- d) Segurança jurídica para os investidores, decorrente de uma das medidas do eixo 1;
- e) Apostar na descarbonizarão e na transição do sistema de energias renováveis, limpas, ambiental e economicamente sustentáveis.

Antecipamos o eixo 5 no nosso Programa, para dizer que a integração regional e a diplomacia económica e proactiva são decisivas para o desenvolvimento económico e serão o expoente da nossa empreitada junto dos parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, sejam eles públicos, privados ou outros actores da sociedade internacional, para desbravar os acessos ao investimento e às ajudas.

Desde esse púlpito que a Constituição solenizou com as responsabilidades do mais alto órgão representativo do Estado, o Governo reconhece o insubstituível papel dos parceiros de desenvolvimento e do corpo diplomático acreditado no nosso país e reafirma a sua confiança na continuidade dos apoios ao povo de São Tomé e Príncipe, com o compromisso de:

- a) Promover a simplificação dos procedimentos de parte a parte, incrementando a transparência e a capacidade de absorção das ajudas;
- b) Continuar a captação de investimentos, com ênfase nos nichos transformadores da economia;
- c) Criar condições para aumentar a participação da nossa diáspora nas oportunidades de negócio e de desenvolvimento nacional;
- d) Reforçar a concertação político-diplomática nos níveis bilateral e multilateral.

Sras. e Srs. Deputados, com os ganhos do nosso crescimento económico, devemos promover a justiça e a inclusão sociais (eixo 3 do nosso Programa), através:

- a) Do reforço do Sistema de Saúde e do acesso universal ao mesmo;
- b) Da modernização e da universalização do ensino escolar;
- c) Da extensão da cobertura da segurança social e da acção social com os diversos programas virados para a população mais vulnerável;
- d) Do incremento das intervenções das instituições privadas de solidariedade social.

Não estamos «a falar sem rede», quando consideramos que fracassará o esforço concertado do Presidente da República, da Assembleia Nacional e do Governo, enquanto órgãos de soberania com a função política, se a anarquia travestida de democracia e o desdém pelos utentes continuarem a ser as vergonhosas imagens de marca da maioria dos serviços do Estado.

Unido com o Parlamento nesta visão, o Governo confia que Vossas Excelências Deputadas e Deputados compreendem e partilham a necessidade de reforma e modernização administrativas que constitui o (eixo 4 do nosso Programa), traduzidas em programas e intervenções que mobilizem os demais funcionários, trabalhadores e agentes a seguirem o exemplo que nós dirigentes devemos inaugurar com:

- a) O respeito pelos direitos dos utentes e da população em geral;
- b) A simplificação administrativa, sem descurar a segurança dos actos;
- c) O fomento da governação electrónica e do escrutínio público, em particular, através das TIC;
- d) A implementação de mecanismos de controlo interno de toda a administração do Estado;
- e) A valorização e a qualificação dos recursos humanos;
- f) O combate, sem tréguas, a todas as formas e dimensões da corrupção.

O Governo apresentou o que pretende fazer sem truques, sem demagogia e com «papo recto», como diz o nosso povo.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Muito bem.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Temos a consciência de que a implementação do nosso programa, resguardando o País das agruras da instabilidade política que castiga o povo mais do que os actores e dirigentes políticos, depende da nossa retroalimentação com o povo a que pertencemos, com todos os órgãos de soberania e, não menos importante em qualquer sociedade democrática, com todos os partidos políticos, especialmente o nosso Partido ADI.

A investidura do actual Governo, como se vaticinava, não dividiu, não separou nem polarizou o ADI. Somos filhos da mesma família na continuação da agenda de transformação de São Tomé e Príncipe, com o sentido de missão e a humildade democrática que caracterizam os comuns dos mortais que, como tais, não são deuses do Olimpo. A auscultação da sociedade civil organizada e dos actores políticos será ensaiada e reinaugurada já no processo do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o presente ano, em que os parceiros sociais e os partidos políticos serão ouvidos pelo Governo de coração aberto e um lenço branco nas mãos, para continuar esse salutar exercício nas grandes decisões do País, como são os investimentos estruturantes. E fazemo-lo pela participação democrática, mas também porque nós Governo e todos os actores sociais, nós Governo e os partidos políticos, nós Governo e o nosso Partido ADI estamos condenados pelo fado do destino e do nosso futuro comum, adornado pelo simbolismo

da semana que vivemos, a seguir a onda do amor e da reconciliação. Só assim damos amor ao nosso povo, sem o devaneio do *ome gaba*, que vê na sociedade a *muala quêtê*. É um amor genuíno e realista, palpável, ao serviço do povo, sem deixar ninguém para trás.

XIX Governo Constitucional ao serviço do povo, sem deixar ninguém para trás!
Bem-haja a todos!

Aplausos do ADI e do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Apresentado que está o Programa, solicito às Sras. e aos Srs. Deputados se há algum pedido de esclarecimento com relação a esta apresentação.

Estando tudo claro, vamos passar para o debate. Está aberta a inscrição para o efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, muito obrigado!

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados, cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do XIX Governo Constitucional e, em nome da Bancada do MLSTP/PSD, dizer que ouvimos com muita atenção, que já analisamos o Programa do XIX Governo Constitucional e temos a plena consciência de que é um Governo de menos de 2 anos, para continuar a dirigir o nosso país.

O MLSTP/PSD irá participar neste debate, mas com o sentido de responsabilidade que deve caracterizar cada um de nós enquanto são-tomense. Nós temos um país, e eu ouvi na sua intervenção, Sr. Primeiro-Ministro, um país real. É este país que todos nós, enquanto cidadãos deste país, devemos olhar com os olhos de ver, mas com amor por este país, com amor por este povo que nos elegeu. E é neste quadro que nós iremos actuar durante toda discussão deste Programa do Governo. Nós não estamos aqui enquanto partido político a ter uma intervenção que queremos, porque rapidamente o MLSTP/PSD quer estar no poder. Não! O MLSTP vai esperar o momento próprio para apresentar alternativa a este povo.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Da nossa parte não há qualquer intenção de poder bloquear a continuação deste Governo, que é um governo do ADI, porque nós continuamos a defender que o governo deve ser um governo de legislatura. Quem ganhou as eleições foi o ADI e o ADI tem que governar o País até 2026. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, da parte do MLSTP, não haverá qualquer comportamento que possa dificultar os trabalhos do Governo. Vamos seguir, vamos fiscalizar, vamos estar atentos, mas acima de tudo vamos ver São Tomé e Príncipe e os são-tomenses e com o sentido de responsabilidade que nos deve caracterizar a todos, enquanto Deputados. Por favor, Srs. Deputados, vamos olhar o nosso São Tomé e Príncipe, vamos olhar a vida difícil do nosso povo e é nesse quadro que nós devemos agir.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP.

Só para contextualizar os que não têm em mãos a convocatória, para dizer que a Conferência de Líderes fixou 6 horas para este debate. São 360 minutos, com um intervalo de 1 hora. E, portanto, temos a seguinte distribuição: o Governo tem 127 minutos, o ADI tem 127 minutos, o MLSTP/PSD tem 76 minutos, o MCI/PS-PUN tem 21 minutos e o Movimento BASTA tem 9 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente!

Bom dia a todos.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, digníssimos membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros São-tomenses, no País e na diáspora, as minhas cordeais saudações e que Deus, permita-me falar de Deus, citando uma passagem bíblica, porque a palavra de Deus é sagrada e devemos dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, pese embora aqui não seja o palco, mas o fôlego que nós temos é Deus que permite. Então, com a permissão de Deus Todo-Poderoso, eu começo a minha intervenção neste debate. Trago alguma cácula, mas apenas para citar o livro de Levítico, que fala sobre o Jubileu, também Ezequiel. Há várias passagens bíblicas que falam sobre o Jubileu. Nós, São Tomé e Príncipe, vamos celebrar 50 anos da nossa independência.

Aplausos ADI e do MLSTP/PSD.

Quem não bateu palmas é porque está triste com a celebração dos 50 anos. Portanto, o ano de Jubileu é um ano especial. Diz a história bíblica que quando um povo ou um elemento andava na escravatura, depois de completar o Jubileu, o dono, o senhor, tinha a obrigação de deixar livre o escravo. E esse escravo tinha opção de escolha.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a fugir do tema.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, eu tenho 127 minutos e estou na minha introdução.

Aplausos MLSTP/PSD.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — A minha Bancada tem 127 minutos e se terminar eu peço mais tempo ao Governo.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP): — Muito bem, estamos a precisar de Cristo.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Portanto, o escravo tinha o direito de fazer opção, ou continuar como escravo, e aqui ele já não tinha direito a nenhuma liberdade depois de 50 anos, ou seguir a sua vida livre. Moral da história, fechando nós 50 anos com tudo quanto aconteceu na nossa República, nós temos duas opções, ou continuarmos a cometer os meus erros e vermos que o resultado não será diferente, ou avançamos para o desenvolvimento. E algumas práticas terão que ser deixadas para trás.

Logo, saudar o Governo por esta via do Programa que apresenta, que se adequa a este momento especial, e é um Governo sortudo por passar num momento de celebração dos nossos 50 anos. Aqui eu ouvi o Sr. Primeiro-Ministro dizer que está de coração aberto e de lenços brancos. Espero que na organização dos festejos a comissão organizadora possa envolver um maior número de pessoas de outros partidos políticos, não só do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD.

E é com grande sentido de responsabilidade, e agora entro com a minha cácula, que participamos nesta sessão plenária, um momento de singular importância e de muita importância para a democracia e para a governação do nosso país.

Hoje, estamos reunidos para cumprir um dos mais relevantes deveres institucionais da Assembleia Nacional, que é o debate obviamente assente na análise, na discussão e na adopção do Programa do XIX Governo Constitucional, liderado pelo Dr. Américo de Oliveira Ramos.

O Programa que é apresentado pelo Executivo, na minha opinião, delineia as orientações estratégicas e as principais acções que nortearão a condução dos destinos do nosso país nos próximos anos.

É verdade que o Governo, em termos de horizonte temporal, tem 1 ano e alguns meses, mas tudo que o Governo fizer de bem ou de menos bem terá consequências obviamente para os próximos anos. Por isso que digo que as acções do Governo delineadas neste Programa contribuirão para o nosso sucesso ou insucesso no futuro. E nós agouramos que seja sucesso.

Trata-se de um documento que não apenas reflecte os compromissos assumidos com a Nação, mas também estabelece as bases para o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico, a justiça social, bem sublinhado pelo próprio Sr. Primeiro-Ministro, e a consolidação da nossa democracia que tanto precisamos.

Sras. e Srs. Deputados, as vicissitudes políticas dos últimos tempos não deverão, de forma nenhuma, nos desresponsabilizar do objectivo fundamental que sempre norteou os nossos trabalhos.

É nossa responsabilidade, enquanto representantes eleitos do povo, debater com profundidade, seriedade e espírito de perspectiva o Programa que nos foi apresentado.

Cada objectivo programático e cada proposta de execução deverão ser escrutinados com elevada responsabilidade, contribuindo com um renovado espírito crítico e construtivo para o aprimoramento das medidas que serão implementadas.

É redundante dizer que o Governo pode contar connosco. É redundante dizer que o Governo pode contar comigo, Deputado Abnildo d' Oliveira. E é redundante dizer que o Governo pode contar com o Grupo Parlamentar do ADI. E hoje, ouvindo as palavras do Sr. Líder Parlamentar do MLSTP, entra também no pacote. É redundante dizer que pode também contar com MLSTP.

Risos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Neste contexto, a diversidade de opiniões e a pluralidade de ideias são fundamentais. O diálogo democrático exige o respeito mútuo, rigor técnico, compromisso e acima de tudo a prossecução permanente de bem comum que deverá ser para todos o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. É essa obrigação de garantir que os interesses da Nação são-tomense estejam nos centros das decisões que tomamos neste Plenário. Porque só assim poderemos consolidar a confiança do povo são-tomense, um dos eixos da governação que é aproximação com o povo e esse desiderato deve ser assumidos com todos, por todos e para todos.

Vivemos, independentemente das interpretações de uns e de outros, um momento de inegável significado histórico. Como eu disse atrás, esse significado histórico que é o Jubileu, a celebração dos 50 anos da nossa independência. Esta reunião plenária dos Deputados da Nação são-tomense vem neste momento especial, depois de todas as vicissitudes dos últimos tempos, já referi alguns, e nos lança um

desafio sem adiamento: ou continuamos a alimentar uma crise partidária e até política, continuando naquela máxima do tal escravo que não quer se libertar, ou o desmoronamento das nossas capacidades, continuamos como aquele escravo, chegado o Jubileu, que não quer se libertar, ou assumimos o propósito que é o bem colectivo, aquele espírito de antes da independência, que motivou os da CLSTP e depois o MLSTP de termos um país onde dá gosto de viver. Então, este é o momento. O que foi de mal feito, deixemos para trás.

Ao Governo, tudo que o anterior governo fez de bem, nosso pedido é para que continue, se possível melhorar, e aquilo que fez de menos bem, corrigir. E nós, ao nível da Assembleia Nacional, não abriremos mão daquilo que são as nossas prorrogativas constitucionais e regimentais.

Este é o desafio, Sr. Primeiro-Ministro, e as opções são as que acabei genericamente de apresentar.

O meu tempo está a contar?

Uma Voz: — Sim.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Ah, 10 minutos, ainda há tempo.

A Nação são-tomense espera de nós que tenhamos discernimento político. Eu enfatizo este aspecto. A Nação são-tomense espera que todos tenhamos discernimento político, para não confundirmos as prioridades. O País tem vários desafios e várias prioridades e não podemos nos distrair.

50 anos já se passaram, o que fazer nos próximos 50 anos? Então, Sr. Primeiro-Ministro, na base do Brasão do País, Unidade, Disciplina e Trabalho, é com grande satisfação que vejo no seu Programa a questão das reformas, quer no sector público quer na Administração, a simplificação da Administração e também o governo electrónico. Esta é uma ambição muito grande, mas encorajo.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo, se eu tivesse que ler toda a minha cábula, acho que ia roubar muito tempo do meu Grupo Parlamentar, mas vou procurar ser um pouco mais sucinto.

Tenho razões para acreditar que o Sr. Primeiro-Ministro e este Governo têm conhecimento das dificuldades existentes e das que poderão surgir. As expectativas que o povo constrói em relação a um governo não dependem do tempo da duração do mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, mesmo Srs. Deputados. Repito, as expectativas que todo o povo são-tomense tem sobre este Governo ou qualquer governo não dependem do tempo do governo, mas sim da sua capacidade de responder às suas necessidades. O nosso país enfrenta desafios significativos em todas as áreas de governação. Às vezes, temos dificuldades em elencar a prioridade das prioridades.

Mas eu aqui, Sr. Primeiro-Ministro, eu disse na legislatura passada e no início desta Legislatura também que, enquanto eu for Deputado e que Deus permita, se for a vontade de Deus, que eu volte aqui como deputado, enquanto nós não tivermos um hospital com dignidade para atender os nossos utentes não sessarei de pedir e clamar ao Governo, para a melhoria das condições de saúde. Estamos a falar de saúde curativa. É verdade que temos que fazer todos um esforço para irmos para a saúde preventiva, que é menos dispendiosa, mas quanto à saúde curativa, quando as pessoas não puderem mais ou quando chegarem aos seus limites, gostaríamos de ter um sistema de saúde condigno, porque não só atende a nós são-tomenses, mas àqueles que nos visitam, tendo em conta que pretendemos que o País seja um espaço de fomento do turismo.

Logo, o Sr. Primeiro-Ministro, elencando no seu Programa esta abertura e esse desenvolvimento sustentável, portanto, desenvolvimento sustentável obviamente também passa por uma questão de boas condições de saúde para todos os são-tomenses.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, eu não sessarei declamar. Quando o senhor cá vier outra vez, porque depois da aprovação do Orçamento há a necessidade de o Sr. Primeiro-Ministro assumir aqui a questão de transparência e prestação de contas. Esperamos que o Sr. Primeiro-Ministro nos visite para fazer o relatório, então eu terei a oportunidade de questionar outra vez como é que está o nosso Sistema de Saúde e os progressos. Eu não gostaria que esta Legislatura terminasse sem darmos um passo, mesmo que seja lançar pedras, para o outro governo que vier continuar, porque é continuidade de Estado, mas precisamos de um hospital, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Lançar por lançar!?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não, não é lançar por lançar. Acredito neste Governo. Com este não vai ser lançar por lançar.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, as medidas propostas no Programa que Vossa Excelência apresentou são ambiciosas, realistas e exequíveis, pensando sempre no desenvolvimento económico e a promoção do bem-estar dos nossos cidadãos. Quando digo exequíveis, não estou a dizer que vão fazer tudo. Mas olhando para o rosto do elenco governativo, vejo competência e vejo capacidade. Então, estamos aqui com bases sólidas para que a exequibilidade deste Programa seja verdadeiramente efectivado.

A todos os são-tomenses, dentro e fora do País, deixo uma mensagem de esperança e confiança. O futuro de São Tomé e Príncipe depende do nosso esforço conjunto, *úa dedu tā na ka txila idu ni kabéça fá.*

Nós todos, e aqui saúdo os nossos compatriotas que também, da sua forma, utilizam as redes sociais para questionar, criticar, solicitar as informações do País. Cada um faz do seu jeito. Devemos felicitar aqueles que o fazem bem, devemos repudiar aqueles que o fazem mal, aqueles que se escodem atrás do perfil falso para denegrir a imagens das pessoas. Desta forma, o tal conceito de escravo que não quer se libertar pode nos perseguir, e queremos nos libertar.

Não sou jurista, mas há um termo jurídico que fala de acareação, que temos de ouvir os dois lados. Também para os jornalistas. Para uma boa peça tem-se que ouvir os dois lados, o verso e anverso da moeda. Quando queremos pôr uma informação, é bom ouvir os dois lados, porque podemos incorrer em erros. Quando o Jornalista não tem todos os elementos, aqui falo como Jornalista, ele parte para alegação e não afirmação. E muitos dos nossos compatriotas, nas redes sociais, fazem afirmação, acusação, quando não têm informação. O meu concelho é para partirem para alegação, porque também conserva a sua própria imagem e o seu bom nome.

Portanto, gostaria de felicitar todos aqueles que, nas redes sociais, usam o seu perfil verdadeiro para questionar.

Sr. Primeiro-Ministro, não tenha medo das redes sociais, mas esteja atento, obviamente.

Quando falamos de proximidade ao povo, Sra. Presidente da Assembleia, este eixo é proximidade ao povo, é eixo de governação e estou a aconselhar o Governo como deve implementar este eixo, Sra. Presidente.

Murmúrios.

Então, estou no meu tempo, não estou fora do carris. Obrigado.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, neste primeiro eixo «aproximação ao povo» que estou a lançar aqui aos nosso compatriotas, vamos contribuir. Parecendo que não, este Programa, da forma como está espelhado, parece ser um texto muito subjectivo, mas quem esteve atento à leitura do texto sabe que não se trata de um texto subjectivo, é profundo. Por isso, acredito no espírito que construiu este texto. O Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu elenco estão de parabéns. O louro não é só para o Sr. Primeiro-Ministro, é para todo o Governo. Acho que todo o membro do Governo deu o seu contributo, cada um do seu jeito. Portanto, os desígnios republicanos devem manter-se. O contrato social,... como diria... quero ajuda...

Uma voz: — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O Contrato social é para...

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Para manter, para salvaguardar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... é para manter e é um compromisso muito grande, Sr. Primeiro-Ministro. E o povo irá julgar o Senhor e também o ADI quanto ao contrato social.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Que contrato?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Contrato social, é verdade. O Governo é para governar e o povo é para ser governado e a satisfação do povo, obviamente, água, energia, estrada, contrato social. De forma resumida, não gosto de entrar em debates académicos, porque não é o momento. Se for o caso, até podemos.

Sr. Primeiro-Ministro, que esta solenidade nos inspire a continuar a trilhar o caminho do progresso e unidade nacional.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Não, não. O povo tem que perceber o que é contrato social.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Dr. Américo Ramos, e o seu Elenco, Caríssimos Deputados, muito bom dia.

Hoje, estamos perante o Programa do XIX Governo Constitucional, como é óbvio, não poderia ser inconstitucional. O Líder Parlamentar da Bancada do MLSTP/PSD já abordou a disposição e disponibilidade da nossa Bancada em colaborar com os objectivos deste Governo. Aliás, o meu amigo, o jovem Abnildo, teceu algumas considerações importantes, quando é bem deve-se reconhecer, e acho que estamos a atravessar um momento histórico da vida de São Tomé e Príncipe como País, e é de extrema importância que analisemos com frieza e com espírito de responsabilidade os aspectos inscritos e desenvolvidos neste Programa.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua intervenção pôde clarificar algumas questões que nos poderiam pôr em dúvida, acho que deverá ser um suporte adicional ao próprio Programa em si.

Primeiro, gostaria de alertar para um dos grandes erros que tem cometido esta Assembleia, na pessoa da Sra. Presidente, em tentar vistoriar os Deputados. Nós é que aprovamos aqui,....

Ruído.

Deixem-me falar. Sou Deputado com autonomia intelectual e etária.

Risos.

Neste aspecto, foi muito boa a sua colaboração, Sr. Primeiro-Ministro. Isso já mostra um ponto de extrema importância.

Recordo-me que desde a tomada de posse do Sr. Presidente da República nunca mais tinha falado consigo, mas hoje consigo vê-lo pessoalmente. Isto é de extrema importância, como já disse, porque permite-nos ver olhos nos olhos e com precisão quem somos nós, como somos e como agimos.

Acho que a escolha que recaiu sobre si foi muito assertiva e o senhor poderá ser um elemento, como disse o meu amigo Abnildo, com representação histórica dos 50 anos de independência, que poderá fazer o marco decisivo e determinante.

Quanto a isso, no que concerne ao Programa do Governo, dos 5 eixos elegi três axiomas fundamentais.

O primeiro vem ligado ao ambiente humano. O quê que isso quer dizer? Isso quer dizer que pode precisar nas questões ligadas ao sector da Educação, da Saúde e da Protecção Social. Vemos o que se passava num dos sectores a que tenho estado agora muito mais ligado devido ao meu estado de saúde, que é o sector da Saúde. Estive 1 mês no Hospital, aquilo é um desastre. Admiro como é que as pessoas têm coragem ainda para se candidatarem para alguns lugares. Pessoas que não percebem nada encontravam naquele lugar. Isso é faltar respeito à nossa pessoa. Não tem receio de falar, mesmo se for frontalmente!

A segunda questão tem a ver com o ambiente empresarial. Aqui foi dito e bem «não deixar ninguém de fora», envolver, associar, incluir todos os agentes, todas as pessoas nas quais reconhecemos essa capacidade de trabalho. E aqui somos um povo, uma nação, patriotas, não deve haver esse discernimento, essa exclusão, pelo contrário, e este tem sido o papel do MLSTP/PSD. Hoje temos uma importância vital. Nós hoje só não trouxemos os cravos da liberdade, mas sim trouxemos no coração acalmia e transparência. Hoje estamos aqui tranquilos.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, se depois do ambiente humano passo para a questão empresarial, é porque este sector tem tido enormes dificuldades, tem sido ignorado, só se tem procurado extorquir e não tem tido nenhum apoio. Acho que Vossa Excelência, quanto à sua trajetória profissional, poderá entender melhor a questão ao nível do sector empresarial.

Temos dois sectores que são o Sector Juvenil e o Sector da Mulher, que devem participar no empreendedorismo e no desenvolvimento. Mesmo com a emigração, em São Tomé e Príncipe pode-se desenvolver muitas valências, muitas questões para o seu desenvolvimento.

E é bom ouvir de si que ninguém deve ficar de fora. Isso também não quer dizer que nós não colaboremos. É nosso dever também colaborar. Não é esperar apenas que venha, mas sim devemos dar a nossa contribuição forte, para que tudo possa constituir uma função hermética e conjugada.

Tendo em conta que muitas questões já foram abordadas aqui, gostaria de situar-me no último ponto. Também já foi abordado por si, mas agora gostaria de sua maior precisão, que é a questão da operacionalidade dos serviços, que é o meu terceiro axioma. Infelizmente, hoje os serviços públicos têm estado com uma enfermidade muito acentuada. O Doutor Celso Matos que conheço, que é um médico com grande especialidade, poderia ajudar também nesta cirurgia, quanto à operacionalidade desses serviços. No entanto, aqui também teríamos que ter a visão e o papel dos polícias. Os polícias, que são alguns dos nossos irmãos e nossos filhos, começaram a ter uma dinâmica torta, uma subtileza confusa. Mas fico satisfeito, porque oiço todas as intervenções, o actual Ministro da Defesa tem alertado a essas forças do seu papel real, da sua função, para não se imiscuírem em assuntos que não lhes competem. Aqui, gostaria de felicitar o novo e actual Ministro da Defesa, pela linguagem directa que tem tido com aqueles profissionais.

Por fim, gostaria alertar aos serviços da Função Pública, para a sua organização, o seu espírito de atendimento. Isso deve ser notório, e todos os servidores da Função Pública devem ver que estão a trabalhar, como disse o Sr. Primeiro-Ministro e bem, para o povo, para uma população da qual somos pertença e fazemos parte.

Sr. Primeiro-Ministro, quero repetir aquilo que o meu Líder já tinha dito, pode contar com a nossa participação. Non, *MLSTP/PSD, sa gumba. A pô da kampu fôgô non na ka kaba ni son fa.*

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe-me só discordar de si, quando diz que a decisão da Presidente em fazer aquele despacho é a menos acertada. É mentira, porque dentro das competências da Presidente da Assembleia Nacional essa é uma das prorrogativas. E ninguém garante que o próximo Presidente da Assembleia não o faço, porque é uma prorrogativa que lhe assiste. Portanto, não estive mal em momento nenhum. Agora, o bom senso pode prevalecer.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Quer que eu responda?

Bom senso! A senhora é uma professora!

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras Deputadas, Caros Deputados, bom dia.

Estamos cá para falar do Programa do Governo, mas antes de entrar na análise ou na apreciação do Programa em si, que é um documento formal, necessário para que o Governo comece a executar as suas políticas, aliás, não é à toa que a própria Constituição dita que o Governo deixa de ser governo em gestão a partir do momento que tem o seu Programa apreciado na Assembleia Nacional. Portanto, a partir de hoje, se tudo correr bem, o XIX Governo deixa de estar em gestão.

Sr. Primeiro-Ministro, mais importante que este documento é a questão do comportamento, da atitude. Disse aqui e bem o Sr. Deputado Abnildo, corte com as más prática do passado, fazer diferente, inovar.

Aproveito para pedir que, em relação a esta Casa Parlamentar, este Primeiro-Ministro tenha uma atitude diferente, a começar por marcar presença mais vezes na Casa Parlamentar, respeitar as leis e o Regimento, nomeadamente quando os Deputados pedem alguma informação ou documentos que sejam cedidos, porque estamos a exercer o nosso papel de fiscalização, que participe nos debates de estado da Nação, como diz o Regimento, uma vez por sessão legislativa, que facilite a presença dos membros do Governo nos debates sectoriais e assuntos gerais e que também venha cá prestar conta uma vez por ano, antes mesmo do Orçamento, está também previsto no Orçamento, que é o debate sobre o relatório de actividades do Governo. Portanto, este é um apelo que faço na lógica de mudança de comportamento, que esta Casa seja valorizada e que o senhor se predisponha a vir cá como se vê em outras partes do mundo. É este o papel dos Deputados, no fundo é esta enfase, o coração da democracia está aqui no Parlamento.

Entrando agora no Programa do Governo, primeiro para dizer, este é um conselho, um alerta que deixo ao Governo, nota-se que há muitas acções repetidas, em vários eixos. Notei aqui três ou quatro acções repetidas em vários eixos. Para ter atenção a isso, nomeadamente aquando da apresentação das GOP, para que não haja repetições sistemáticas. E há uma delas que me chamou atenção, porque parece que o Governo quer dar alguma importância ou valorizar muito mais o Tribunal de Contas. Diz no ponto 1 «Acções e Programas Prioritários do Eixo 1»: «Modernização do Tribunal de Contas e da inspecção geral da Administração Pública, aperfeiçoando as capacidades do Tribunal de Contas e da inspecção geral da Administração Pública com recursos humanos e tecnológico necessário para melhorar a fiscalização das políticas e investimentos do Governo». Depois esta mesma acção volta a estar repetida, creio que no eixo quatro, «Reforma e Modernização Administrativa», na parte de reforço da transparência e corrupção, outra vez, «reforço das competências do Tribunal de Contas e da inspecção geral da Administração Pública, garantindo maior rigor na fiscalização e no uso de recursos públicos». Como digo, parece que o Governo quer dar uma nova ênfase, que é valorizar o Tribunal de Contas.

Portanto, faço um alerta. Está previsto amanhã a discussão na generalidade de uma nova alteração à Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Daquilo que vi e li não está ainda como *il faut*. Portanto, já que é uma iniciativa maioritariamente subscrita pelos Deputados do ADI e se há esta preocupação do Governo, creio que seria de bom tom retirar este Projecto de Lei, para que seja melhor aperfeiçoado, nomeadamente a reintrodução da questão do visto prévio, que é um assunto que vimos agora que criou alguns problemas aqui na República, que é muito importante na minha modéstia opinião. Que volte a entrar a questão do visto prévio, para que o Tribunal de Contas possa fiscalizar os contratos públicos, antes que estes entrem em vigor.

É um alerta, os senhores naturalmente saberão como fazer.

Se tiver tempo, voltarei aqui, porque quero fazer intervenção em duas fases, primeiro mais generalista depois uma mais específica, entrando em algumas questões dos eixos apresentados. E para terminar, essa mais generalista, gostaria de falar daquilo que falta no Programa, ou que não vi e que acho que são temas importantes que o Governo deve encontrar forma hoje, em termos de políticas sectoriais ou nas GOP de ter em consideração, porque são questões que brigam hoje com a nossa realidade sócio-cultural e económica e é muito grave. Falo da questão número um, o flagelo da violação de menores e gravidez precoce. Não há nada, nenhuma referência no Programa de Governo sobre isso.

A problemática da emigração em massa dos sãotomenses. Não há nada no Programa que fale sobre como contornar, como lidar, como mitigar este problema.

Tivemos conhecimento de que no ano passado parece que a Embaixada de Portugal emitiu 17 000 vistos. Fazendo contas por alto, nos últimos 3 anos, estamos a perder 50 a 60 000 pessoas, pessoas qualificadas, professores, enfermeiros, carpinteiros, mecânicos, o que reflecte hoje no nosso tecido sócio-económico.

Hoje, é muito difícil fazer-se qualquer obra, é muito difícil ter-se acesso a alguns serviços, porque pessoas qualificadas estão a emigrar, e não vejo no Programa do Governo nenhuma referência a este problema.

Outro nosso problema crónico, quando se fala em eficiência da Administração Pública, quando se fala na necessidade de investimento, não vejo nada referente ao corte das despesas, ao corte da massa gorda do Estado. O que está previsto o Governo fazer nesta área, para agilizar ou para permitir que haja dispensa de alguns recursos para o Programa de Investimento Público? Não faz também nenhuma referência ao corte nas despesas.

E, por fim, a velha questão da reforma da Justiça. Será que este Governo deixou cair o programa da Reforma da Justiça? Também não há nenhuma indicação de que vai-se continuar, recomeçar ou programar uma nova reforma da justiça que é também um aspecto fundamental para o nosso país.

Sabemos que o Governo passado teve um pacote que não foi promulgado, voltou para trás, mas não sei se este governo pretende pegar este pacote e dar uma nova roupagem e avançar, mas a verdade é que não há nada no programa, pelo menos não vi, e li o Programa umas quatro vezes, nada que faça referência à questão da reforma da Justiça. Porque quando se fala na reforma da Justiça, há outro problema. Fala-se em investimento nas Forças de Segurança, fala-se em investimento no Tribunal de Contas, na Inspecção da Administração Pública, mas não há também propostas de investimento nos Tribunais, no Ministério Público, na Polícia Judiciária. Não está a mencionar nenhuma vez a questão da Polícia Judiciária.

Por fim, acho também que é um aspecto. Hoje, como disse muito bem o Sr. Deputado Abnildo, este Governo tem 2 anos e não vai poder fazer tudo. Acho até que o Programa está modesto e pode ainda ficar mais modesto, dando prioridade àquilo que realmente importa, mas há também outra questão que é o edifício da Cadeia Central. Várias vezes referi que não tem condições, não tem capacidade de albergar tantos presos, está na forma que está e, no âmbito da reforma da Justiça, não vem mencionado este aspecto.

São estes alertas, estas críticas construtivas que eu queria deixar nesta primeira fase. Se tiver tempo, volto depois com aspectos mais pormenorizados.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Pontes.

O Sr. **Honório Pontes** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e todo o elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O que pude perceber aqui é que o Programa do Governo está viabilizado.

Risos gerais.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Já?

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Quem te disse?

O Sr. **Honório Pontes** (ADI): — E viabilizamos o Programa do Governo, porque pensamos no povo pequeno. Dizemos sempre que temos responsabilidades com o povo pequeno e é esse povo pequeno que confiou no Partido ADI para governar de 2022 a 2026. Eu não estaria aqui a viabilizar o Programa de um governo cujo cabeça fosse alguém que não fosse do ADI.

É verdade que temos que lidar com a crise, somos uma associação com fins políticos e o que aconteceu é normal.

Temos o Dr. Américo Ramos como Primeiro-Ministro, é sim nossa gente. Alguns anos aqui estive ao lado do Dr. Américo como secretário-geral do Partido ADI e com luta ganhamos duas eleições, a presidencial e as legislativas. Portanto, a nossa responsabilidade é viabilizar, pensando no povo, porque esse povo merece o respeito de nós do ADI. O povo confiou em nós e temos que levar o ADI a governar até 2026 e de lá o povo decidirá.

Portanto, senhores membros do Governo, eu peço mais responsabilidade, mais aproximação a nós aqui nesta Casa, porque somos pilares, mais transparéncia, tanto para com o partido no Governo como com o partido na oposição, que hoje também vem viabilizar o Programa do Governo.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP): — Quem te disse?

O Sr. **Honório Pontes** (ADI): — Assim foi dito pelo Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, a não ser que o senhor queira dizer que o vosso Líder quer aqui brincar.

Obrigado.

Aplausos do ADI e risos gerais.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

O Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Obrigada, Sra. Presidente!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Casa Parlamentar, que nos acompanham, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, a nossa diáspora e todos os nossos seguidores, bom dia.

Eu peço a palavra para, em primeiro lugar, felicitar o Sr. Primeiro-Ministro por ter respeitado a Lei de Paridade. Nós continuamos a ter neste Governo 4 Ministras. Assim, parte-se do princípio de que a Lei de Paridade está respeitada.

Os meus parabéns.

Aplausos gerais.

Esperemos que continue sempre assim e nós as mulheres pedimos e rogamos a vossas indulgências, Sras. Ministras, para que sejam dinâmicas e que nos representem devidamente. Estamos atentas.

Bom, Sr. Primeiro-Ministro eu li e reli o seu Programa, o programa do Governo, o Programa de São Tomé e Príncipe, o Programa do povo, e eu praticamente não tenho muito a acrescentar. Eu estava com uma lista de preocupações, mas depois de ler e reler o seu Programa, fiquei satisfeita. Eu acho que o Programa enquadra-se nos problemas que o País tem e que não são de hoje.

Bom, sabemos que o tempo é muito pouco, mas embora seja pouco esperemos que seja um Governo dinâmico. Com este dinamismo o tempo pode ser pouco, mas esse pouco tempo dá para fazer muita coisa, Sr. Primeiro-Ministro. Contamos consigo, o povo conta consigo.

Eu gostaria de, já foi dito aqui e sinto-me ultrapassada por vários dos Srs. Deputados que me antecederam, falar com relação à saúde. Na outra legislatura, falei tanto da saúde e tanto que um dos Srs. Deputados da outra bancada chamou-me atenção, porque não estou a falar da saúde. Então, eu aprovei este momento para falar da saúde. Sr. Primeiro-Ministro, é preocupante, é triste, é lamentável alguém que deverá ser submetido a um exame que é um pouco de carácter urgente ter que esperar desde este momento até o mês de Novembro, para fazer o exame. O que é que será desta pessoa? Estou a falar de pés juntos e estou segura naquilo que estou a dizer, não estou a inventar nada. É alguém ligado a mim que tem que esperar até Novembro para se submeter a um exame. Daí que a questão do hospital é prioridade. Eu vejo isso aqui no Programa e já me satisfaz bastante. Espero que se consiga e que os nossos parceiros estejam realmente dispostos a nos ajudar. Que não fique só nas promessas! Que falem e façam, falar e fazer. *Tá falar, tá fazer.* Isso é que nós precisamos para o País avançar e satisfazer a preocupação do povo.

A outra questão que foi abordada aqui, que é bastante preocupante, mas também não está aqui, como disse o Sr. Deputado Wuando Castro, nós ao nível da 5.^a Comissão tivemos algumas auscultações às organizações da sociedade civil que lidam com a temática da violência e abuso sexual de menores. Como toda gente sabe esse flagelo está a afectar bastante a nossa sociedade e, portanto, eu não consegui perceber aqui no Programa se está ou não. Talvez possa estar e poderão nos explicar melhor. Eu acho que essa questão de abuso, violência e gravidez precoce deve estar inserido no Programa ou nas políticas do Governo. Está preocupante, muito preocupante.

Trago outra preocupação do povo. Estive uma vez numa localidade do Distrito de Lembá, fui lá fazer uma visita, quando estava com outras vestes, então algumas senhoras daquela localidade que vivem lá ao pé da ponte que está partida já há alguns anos dirigiram-se a mim em lágrimas, dizendo que foram para a recolha de peixinhos e de repente veio uma cheia e elas não tiveram como atravessar, porque não há ponte. Portanto, dirigiram-se a mim em lágrimas, eram cerca de 10 pessoas. Daí que quando oiço que vão retomar a reabilitação ou a reconstrução da ponte, Sr. Primeiro-Ministro, isso me satisfaz. Satisfaz bastante, porque foi uma aflição daquelas 10 senhoras, e pessoas de várias idades, que disseram que estavam a ver já a morte. Daí que é prioridade, é mesmo prioridade. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, eu acredito que nós todos, enquanto representantes do povo, porque não é possível ter todo o povo aqui, então nós estamos aqui a representar o povo, que nós devemos exercer o nosso verdadeiro papel de representante do povo. Daí que devemos todos viabilizar este Programa, porque o povo está à nossa espera.

Falamos de 2026 e então vamos fazer o nosso papel. Há pessoas a sofrerem. Dirijam-se às comunidades rurais para perceberem melhor o sofrimento de algumas pessoas, o que também foi preocupação do então governo. Mas como há continuidade de Estado, então, por favor, Sr. Primeiro-Ministro, de quando em vez, saia do gabinete com o seu elenco e faça visita a algumas comunidades, para a gente depois inteirar-se melhor das dificuldades que existem por aí.

Muito obrigada.

De momento fico por aqui e esperamos que nós todos exerçamos realmente o nosso papel de representantes do povo, viabilizando este Programa do Governo que o povo está à espera.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves (BASTA):** — Mais uma vez, gostaria de saudar a todos os presentes.

Sra. Presidente, antes eu gostaria de saber qual é a metodologia da discussão do Programa, se podemos fazer uma intervenção abrangente ou por eixos, para não ter que confundir as coisas e criar alguma dificuldade ao Governo. Até porque o nosso Regimento precisa de ser melhorado, porque pedido de

esclarecimento e debate, confunde-se. Portanto, quando se pede esclarecimento, quase que parece que se está a fazer debate.

Mas eu tenho uma questão prévia também Sra. Presidente, para dizer ao Sr. Deputado e Vice-Presidente Abnildo que eu não bati palmas quando recomendou, porque não estou satisfeito e penso que todos os são-tomenses que se presem desse nome, independentemente do seu nível social, também não estão satisfeitos. Mas tocou nalguns aspectos jubilar já no fim que eu subscrevo, porque eu não sou o tal escravo. No entanto, não estou satisfeito.

Vamos comemorar 50 anos de independência e temos que ter a consciência de que todos falhamos. Repito, todos falhamos. Aqueles que dizem menos eu, é porque o dedo está sempre a apontar para outro, esquecendo-se que três dedos estão a apontar para si próprio. Todos, independentemente do cargo que ocupou, independentemente da sua classe social, todos falhamos. Até mesmo aquele cidadão que está lá na comunidade rural a sofrer, como disse a Sra. Deputada Alda Ramos, todos falhamos. Nós herdamos alguma coisa na mão de colono, sim. Conservamos? Não! É só a culpa do gestor, o governo? Também não. Quem está a viver lá também cuidou? E não tem culpa? Temos que saber partilhar a culpa. Mas há pessoas que não são humildes para reconhecerem que não são perfeita. Isto é uma questão que eu digo. Vamos comemorar 50 anos de independência, Sr. Primeiro-Ministro e, se pudéssemos fazer um baptismo deste país para iniciarmos um novo 50 anos, não é começar 51, isso é continuidade. Começar de 1 para outros 50, fazendo uma tábua rasa a determinadas questões e fenómenos que têm impedido seriamente o nosso desenvolvimento. Não temos sido capazes de colocar o dedo na ferida. Uma sociedade que sobrevive e toma decisões com base em intrigas, mentiras, calúnias, invenções e submete todo o seu povo a num caminho eivado de ignorância não tem como desenvolver. Não há como! E nós já chegamos a essa conclusão, salvo aqueles que querem insistir como dizia o Sr. Deputado Abnildo. Já chegamos a toda essa conclusão. Que passamos muito tempo em mentiras, intrigas e não se encontra o mecanismo para um debate político sério, honesto, com verdade.

Falando nisso, passo directamente ao Programa. Eu, quando vi o Programa, estranhou-me, estranhou-me pela positiva, atenção! Porque eu sempre disse que este país precisa de um programa, se calhar, de duas páginas, as pessoas fizeram com cinco. Humilde reconhecimento de saber, não é apenas por tempo, saber que em 4 anos não se pode fazer tudo. Temos tido programas e orçamentos que parecem ser uma lista de compras para o supermercado, onde se vai comprar tudo para uma casa para um mês. Isto não é possível, porque sabemos que não vamos resolver e vamos continuar nos remendos.

Fez um Programa sucinto, como dizia bem o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, que quem ler e saber interpretar verá que tem lá muita coisa, mas não tem 50 páginas para encher os olhos, fazer volume, para dizer que está a trabalhar muito, e no fundo não se ia fazer absolutamente nada.

Eu não vou falar das coisas que não vi ou que não estão, vou falar das coisas que estão. É que eu vou fazer alguns comentários e pedir a sua indulgência, se aceitar que faça algumas sugestões.

Eu, quando falei que gostei do Programa, fui vendo eixo por eixo e notei as preocupações do Governo em resolver algumas questões prementes, mas quando vou ver o resultado, a meta a atingir não encontro caminho para lá chegar. Falemos do primeiro eixo, a questão que levantou o Sr. Deputado Wuando Castro, que tem a ver com a modernização do Tribunal de Contas e a eficiência, se quiser assim dizer, da Inspecção-Geral de Administração Pública. Minha pergunta é, como executar esta modernização do Tribunal de Contas, se o papel fundamental do Tribunal de Contas é transparência, com a redução de competências que se fez recentemente no que tange à fiscalização prévia dos contratos? Se não houver fiscalização prévia dos contractos, nós não estamos a modernizar absolutamente nada e nem estamos a caminhar para transparência, porque a fiscalização prévia é que determina claramente a fiscalização.

E se falou também da Inspecção-Geral da Administração Pública. A minha preocupação é saber como é que essa inspecção vai funcionar, em que quadro, para que nós possamos ter uma Administração Pública profissionalizada e não partidarizada. Não é de hoje, atenção! Se nós continuarmos nesta senda que vem um governo, um partido e tira todos que são de outros partidos para colocar do partido, porque tem que dar tacho aos membros do seu partido, isto para uma inspecção da Administração Pública não vai funcionar. Porque nós não estamos a privilegiar competências. Estamos a privilegiar militância. Eu posso falar disso com toda propriedade, porque eu também fui recentemente Presidente da Assembleia e sabia como é que a Casa estava, mas não mexi com ninguém, não fui buscar gente do PCD para colocar aqui, tirando pessoas de outro partido. Não tirei! Se alguém tiver algum exemplo, que dê. Não tirei ninguém. Se tem exemplos, dê aqui. Estamos aqui para falar claro. Como dizia o Sr. Primeiro-Ministro, papo recto.

Temos a questão também que eu aqui anotei, o tempo é muito curto para falar da questão da saúde. Podemos ter o melhor hospital do mundo, mas há uma certa envolvência de outros sectores. Ter melhor hospital do mundo e não ter água potável, ter o melhor hospital do mundo e não ter um melhor saneamento de meio, com lixo por todo canto do País! Eu pergunto ao Sr. Ministro da Saúde, como prevenir a questão da saúde pública? Ouvi aqui a questão de água potável. Eu acho que temos que partir daí, porque a água maltratada é origem de muitas doenças, e todos nós sabemos disso. E a falta de higiene que provem também do lixo é origem para muitas doenças. É preciso atacar primeiramente essa questão e depois ver o padrão maior. Se nós começarmos a construir uma casa a partir do teto, de certeza que essa casa não vai ser casa para ninguém.

Eu ouvi a questão de energia e fiquei muito feliz, quando falava das questões de energia hídrica. E falando nisso, Sr. Primeiro-Ministro, levantou-me uma curiosidade que eu até fiquei satisfeito na altura

quando ouvi dizer que se assinou um acordo com a Rússia. Na altura pensei que este acordo era para retomar o projecto de barragem de Yô Grande que já vem de alguns anos a esta parte iniciado pelos russos. Este é que eu estava à espera. Mas...

Entretanto, foi retirada a palavra ao Sr. Deputado, por exceder o seu tempo de intervenção.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Na introdução da sua abordagem, pediu algum esclarecimento à volta da organização do debate. Quando nós começamos, eu disse que nos socorremos dos artigos 218.^º, 219.^º, 220.^º e 221.^º. Após a apresentação do Programa pelo Chefe do Governo, eu solicitei se havia algum pedido de esclarecimento, se houvesse algo para esclarecer. Ninguém se pronunciou e então começamos o debate nestes moldes. Temos a distribuição do tempo pelos respectivos grupos parlamentares e o Movimento BASTA, que vão fazendo intervenções. Se o Governo, que também tem o seu tempo, quiser fazer alguma intervenção em algum momento, fará. É assim que estamos a conduzir os trabalhos.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia Mesa, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Caríssimos Colegas Deputados, Técnicos da Assembleia e Povo de São Tomé e Príncipe.

Permitam-me, antes de mais, desejar a todos um bom ano, porque realmente a coisa não está fácil, está muito complicado, mas pronto, espero que este ano seja bastante diferente dos últimos dois.

Permitam-me também, antes demais, porque não poderia deixar de sublinhar o grito de liberdade que foi efectuado pelo Deputado Abnildo. E que haja mais gritos, Srs. Deputados, embora tardio, mas que gitem pela liberdade. A independência e a democracia são factores que devem ser preservados.

Sr. Primeiro-Ministro, eu olhei bem para o Programa que apresenta e porque acho que devo ser ainda embasado de muitos elementos no eixo 1 que é o eixo de fortalecimento da governança e da proximidade com o povo, eu pude perceber que num dos desafios identificados fala da gestão dos recursos públicos com transparência.

Sr. Primeiro-Ministro, é difícil falarmos de transparência na gestão de recurso público, quando existe uma confusão muito grande no uso ou na aplicação dos instrumentos legais que nós temos. A título de exemplo e porque não sei se o Pacote da Reforma da Justiça continuará, nós temos a Lei de Licitação e Contratação Pública e os instrumentos e procedimentos que existem, que são aprovados pela Lei, alguns deles ainda geram alguma confusão nas instituições que utilizam estes instrumentos. Portanto, a título da acção, por exemplo, eu sugeria que o Governo promovesse um intercâmbio, uma ligação com essas instituições todas, desde os serviços até aos Tribunais, promovesse acções de proximidade para que tivesse uma linguagem única na aplicação adequada dessas leis. É um desafio naturalmente, Sra. Ministra da Justiça, mas realmente tem gerado muita confusão.

A outra acção que é muito importante, porque nos instrumentos que temos ainda é este sem actualização, é que realmente alguns órgãos sejam criados como órgão de recurso, por exemplo. É importante que ele seja posto em funcionamento, porque este órgão não existe ou não está em funcionamento. Ou as duas coisas. Portanto, a título de acção, gostaria que fosse apreciada esta sugestão.

No eixo 2, que temos «estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável do País» não pude perceber alguns elementos. Falar de desenvolvimento do País, naturalmente que é criar condições para infra-estruturar o País. Para infra-estruturar o País também é necessário olhar para os recursos que temos. Bom, é verdade que os recursos financeiros são muito parcos. Já não gostei de o senhor ter viajado no mês passado, mas pronto, vai gastar menos recursos com viagens naturalmente e já é bom, porque teremos mais recursos para poder realmente implementar alguns programas. Mas os recursos mais importantes ou também tão importantes quanto estes para os quais o Governo deve olhar são os recursos naturais. Não vi aqui nenhuma acção referente à questão ambiental, que é muito importante hoje em dia, e acções contundentes em relação ao ambiente. Porque as mudanças climáticas têm sido um factor muito preponderante nos últimos tempos. Eu me lembro, enquanto colega do Ministro de Infra-estruturas, o Engenheiro Nelson, víamo-nos a braços com enormes problemas, por causa das limpezas e desassoreamento dos rios, que provocavam inundações, derrocadas e por aí fora. Portanto, gostaria de ver no Programa elementos mais contundentes em relação a isto e naturalmente um uso mais aprimorado e adequado dos recursos hídricos que nós temos, com um abastecimento de água para toda a população de São Tomé e não apenas para a população das cidades, com ênfase para a Cidade Capital.

Portanto, esta acção, para mim, é bastante criteriosa no que concerne ao clima, pois afecta o desenvolvimento humano, com impactos consideráveis na saúde, com o crescimento da fome, como nós temos verificado no País, a sustentabilidade económica e redução da produtividade, que são factos que têm relações directas com a agricultura, pesca e por aí vai.

Eu gostaria de ver também neste Programa acções mais claras em relação a estas questões.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino de Jesus.

O Sr. **Laudino de Jesus** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu Elenco Governamental, Caros Colegas Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, Técnicos da Comunicação Social desta Casa Parlamentar, das Imprensa Privadas e Estatais, bom dia a todos. Um coração muito especial directo para o meu povo de Cantagalo, onde os galos cantam para anunciar o dia aos habitantes.

Sra. Presidente, tomo a palavra neste púlpito para, antes de mais, parabenizar o Sr. Primeiro-Ministro, pela forma como fez a apresentação do Programa do XIX Governo Constitucional e pela forma como estão resumidos os eixos que assentam a acção deste Governo. Dentre esses 5 eixos, não descurando outros, elegi o segundo, porque diz: «Estímulo ao Desenvolvimento Económico e Sustentável». Entendo que dando atenção ao Desenvolvimento Sustentável todos os outros eixos estariam incluídos. Ora bem, precisamente neste eixo, nas acções prioritárias, no segundo ponto fala da «Implementação do Plano Nacional do Desenvolvimento e Turismo Sustentável». Falo deste eixo exactamente por causa deste ponto. Quando nós falamos de Turismo, sobretudo Turismo Sustentável, estamos a falar de todos os outros sectores, tendo em conta a transversalidade do Sector do Turismo, ou seja, sem o desenvolvimento de outros sectores nós não temos Turismo. Turismo pressupõe infra-estruturas rodoviárias em condições, hospital em condições, atendimento também. Nós temos turistas que chegam e têm a necessidade de acorrer a algum serviço. Desde que tenhamos todos esses elementos em condições, estaremos a falar do Turismo. Por isso, ao falar do Turismo estaríamos a incluir o desenvolvimento e a atenção a todos os outros eixos que compõem os cinco eixos deste Programa.

Sr. Primeiro-Ministro, nós sabemos que, para além do segundo eixo, nós temos o primeiro, não menos importante, que fala da «transparência». A transparência pressupõe responsabilização. Não tenha medo, nem receio de responsabilizar quem quer que seja que esteja a remar contra o desenvolvimento destas nossas duas ilhas lindas e maravilhosas. Portanto, seja contundente nas suas decisões, quando se trata de transparência. A responsabilização tem que ser. O que nos deixa à vontade para cada um fazer o que quer é que ninguém é responsabilizado, ninguém é chamado atenção. Isso envenena qualquer um. Mesmo que o Sr. Primeiro-Ministro tenha um Programa mais bonito e mais adequado possível, na sua execução, temos que ter em conta a questão de transparência e, consequentemente, da responsabilização.

Sr. Primeiro-Ministro, relativamente à questão do Turismo, eu quero dizer-lhe que este sector é um sector que emprega muita gente, do topo à base, ou seja, o recurso do Turismo é distribuído de uma forma directa e indirecta. Quando um turista chega, o que ele gasta em São Tomé atinge desde os hotéis até os motoqueiros. Há turistas que têm prazer em andar de motoqueiro. Para que esta actividade tenha lugar, seja executada, seja exequível, é preciso desenvolvermos todos os outros sectores que concorrem para deixar este país atractivo, para que o País dê gosto para viver e, consequentemente, dê gosto para se visitar.

Sr. Primeiro-Ministro, a sustentabilidade é a capacidade de algo se sustentar, conservar, permanecer ao longo das gerações. Eu sei que o senhor tomou isso em conta. É só ver que o seu elenco governamental espelha exactamente isso, a sustentabilidade. Temos pessoas de todas as gerações. Significa dizer que nós temos ministros jovens, os menos jovens, temos todas as camadas. Significa dizer que este conceito de sustentabilidade foi muito bem visto na sua decisão, na escolha dos elementos para compor este Governo.

Caros colegas Deputados, nós, enquanto Deputados, todos com o mandato conferido pelo povo, para representar o povo, temos que pôr o interesse do povo e da Nação acima de qualquer interesse, porque o povo confiou este mandato a nós, para o representar. E para aquilo que for em benefício do povo, para a melhoria das condições de vida deste povo, contem comigo, se for preciso.

Há um jovem de Cantagalo que sempre diz: «para a juventude, dou os meus braços».

— O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — *Ka fad' inen!*

O Sr. **Laudino de Jesus** (ADI): — Para o povo, dou o meu pescoço. Contem comigo, naquilo que for para pôr o interesse do povo e da Nação acima de todos interesses.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Por tudo o quanto já citei, há motivos mais do que suficientes para o Programa ser adoptado por nós. Temos que adoptar este Programa. Devemos todos, mas todos sem excepção, adoptar este Programa, porque o sucesso deste Governo, que no fundo é Governo de continuidade, é um Governo do ADI, é o sucesso de todos nós. Não pensem, meus senhores e minhas senhoras, que o insucesso deste Governo seria apenas destes 11 elementos que estão neste lado. Não! Toda gente que estaria a torcer para o insucesso deste Governo, estaria também a torcer para o insucesso de São Tomé e Príncipe e, consequentemente, do seu povo.

Portanto, eu apelo a todos, todos sem excepção, os Deputados com responsabilidade e com dever de povo e de São Tomé e Príncipe em primeiro lugar que adoptemos este Programa, e o povo agradece, porque nós estamos cá em nome do povo. Não estamos cá cada um de nós em nosso nome.

Por enquanto fico por aqui. Se for necessário, voltarei a este púlpito, para dar a minha contribuição.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Laudino.

Nós já temos algumas intervenções, cerca de nove, apesar de muitas intervenções serem mais constatações e sugestões, ainda assim solicitamos ao Governo se quer fazer alguma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Sra. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as intervenções que foram aqui feitas para clarificação, sugestões e alterações ao documento. Para nós é bastante gratificante, porque isso mostra o envolvimento e a participação de todos, o que tem sido o meu lema em qualquer acção deste Governo que tenho o privilégio de chefiar.

Eu darei oportunidade a todos os membros do Governo nas suas diversas áreas para responderem à questões mais particulares, mas gostaria de dizer que este Programa são linhas mestras, derivadas de um Programa Nacional de Desenvolvimento do País. São as linhas mestras deste Governo, para esses próximos quinhentos e poucos dias. Depois deste documento virá as Grandes Opções do Plano, que vai desdobrar estas linhas mestras. Portanto, algumas preocupações aqui levantadas encontrarão espaço nas Grandes Opções do Plano.

Gostaria de assegurar aqui, tranquilizar os Deputados que nós, como dissemos desde o princípio, este Governo é um Governo de continuidade. Vamos sim continuar no Processo de Reforma da Justiça, aliás, já estamos a trabalhar nisso. Só estamos à espera que vocês nos dêem autorização, através deste Programa, e tomaremos em conta, sim, aquelas questões que nós achamos importantes para o reforço da transparência, reforço da prestação de contas e no que diz respeito ao controlo externo do exercício e da actividade do Estado.

Assim sendo, no que diz respeito ao Tribunal de contas, sim, nós vamos pedir a reintrodução do visto prévio em todas as contratações públicas...

Aplausos do MLSTP/PSD.

E contratos públicos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Suspensão para amanhã, para a gente ver essa coisa!

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Bom, portanto, nós faremos também dentro da razoabilidade e racionalidade devida e como disse um dos deputados, penso que foi o Deputado Gabdulo, a Lei de Licitação Pública também é uma Lei que deve ser adequada, eu acho que já há um expediente neste sentido. Também vamos adequá-los e encontrar também todos os outros instrumentos de controlo a nível nacional, para facilitar, mas tomando em conta o que é mais importante, que é garantir a transparência e a prestação de contas de tudo o que é coisa pública.

Obrigado.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Não orientou qualquer ministro para responder?

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Convido a Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher; o Ministro de Estado da Economia e Finanças; o Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais e a Ministra da Saúde, para intervirem, consoante as questões que foram levantadas.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher.

A Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

É com a devida honra que estou aqui hoje a falar para esta Augusta Assembleia. Eu acompanhava com muita atenção as vossas intervenções nas vestes de uma cidadã atenta e zelosa com as questões do País.

Também para dizer que é com muita honra que vou continuar a trabalhar com a Assembleia, porque sou Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher. Acredito eu que as sessões serão bastante profícias e proveitosas para nós, para mim sobretudo, é um aprendizado e para o povo santomense que nos acompanha através da Rádio Nacional, através das redes sociais e através de outros

meios de comunicação postos à disposição dos mesmos, para seguir as sessões e os debates parlamentares.

Indo às questões colocadas pelos Srs. Deputados, relativamente ao Sr. Deputado Gabdulo, que falava sobre as questões da Reforma da Justiça que não vem espelhado no Programa do Governo devidamente, mas se subentende que as questões estão lá. Porque eram muitas questões que se tinha que abordar, o Governo optou por estes 5 eixos, afunilando as questões para posteriormente trazê-las nas Grandes Opções do Plano, onde a Reforma da Justiça sempre estará presente, porque é um processo que já iniciou há bastante tempo. Acredito eu que já houve debates acessos aqui ao nível da Reforma da Justiça e que não se poderia deixar de lado as questões da Reforma, que vai continuar e que neste preciso momento está a finalizar a sua primeira fase, para entrar numa segunda fase.

No que diz respeito à questão da descentralização, eu corroboro com o Sr. Deputado Delfim Neves, que falou de muitas questões à volta da Administração Pública, da descentralização, da modernização e fiscalização dos serviços. Não vai ser uma tarefa fácil, mas não é impossível fazê-lo, desde que todos nós nos comprometamos em cumprir aquilo que a própria Assembleia, em representação do povo... Não podemos estar cá todos, conforme eu digo. O povo elege os seus representantes e são os seus representantes que têm a incumbência de legislar e ordenar o cumprimento daquilo que o povo deseja que seja implementado. Acredito eu que, como eu disse inicialmente, não é impossível fazer-se o trabalho e começar-se a reforma. Na Administração existe um plano, já se começou a actuar nesta área, é por isso que ela vem com grande enfoque no Programa do Governo.

Para fazer uma pequena correcção, nós já o fizemos, ao constatar, após várias leituras e a publicação no Diário da Assembleia, houve de facto uma repetição, que entretanto já foi corrigida por nós, tanto em formato digital, como em formato papel, enviado à Assembleia ontem no final do dia, esta respectiva correcção para a eliminação do ponto 1 do eixo 1. Acredito que deve ser isso e passava apenas a constar no eixo 4 a Modernização da Administração Pública. Portanto, o eixo 4 é que traz esta temática e não o eixo 1 do ponto 1 do Programa do Governo.

Portanto, acredito que em traços gerais é isso que o Governo entendeu trazer para que os Srs. Deputados, em muito boa hora, possam apreciar e dar a sua validação.

Acho que cumpri com o meu desiderato.

Obrigada, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher.

Confirmar sim, o que acabou de dizer a Sra. Ministra. No final da tarde de ontem houve um expediente e os Serviços republicaram o Diário com a actualização feita.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe): — Sendo a primeira vez que faço a minha intervenção aqui nesta Assembleia, cumprimentar primeiramente a Sra. Presidente, as Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e os meus Colegas e os Técnicos da Assembleia Nacional.

Eu vim um pouco sublinhar aquilo que já foi dito até na intervenção de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

Ouvimos aqui atentamente as preocupações dos Deputados Gabdulo e Wuando Castro que, conforme o próprio nome diz, o que estamos aqui a apresentar é o Programa do Governo. E devemos cingir-nos àquilo que são os programas do Governo. E é com base nesses programas que depois irão ser multiplicados, conforme disse aqui a Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado.

Por exemplo falou, creio que foi o Deputado Gabdulo, na questão dos assoreamentos. Nós estamos neste momento a trabalhar no Orçamento Geral do Estado, e está devidamente previsto.

Falou aqui o Deputado Gabdul sobre a questão... Gabdulo, melhor dizendo...

O Sr. Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD): — Não me estrague o nome!

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Não vou estragar! Gabdulo! Daí eu ter corrigido, precisamente para não estragar o seu nome. Falou aqui que não viu aqui nada ligado ao ambiente. Volto uma vez mais a frisar que o Programa do Governo são programas. Mas me deixe só citar aqui uma passagem do Programa de Desenvolvimento, que tem a ver com programa 3 do eixo 2 – «Desenvolvimento das Energias Renováveis e Sustentabilidade Ambiental. Uma das acções que aqui está é «Implementação de Políticas de Reflorestação e Protecção da Biodiversidade, promovendo o Turismo Sustentável e não só, e a conservação dos ecossistemas.» Não há nada como esta acção que vai ao encontro da questão ambiental. Mas, para além disso, ambiente é transversal, em tudo o que nós fazemos. Quando nós falamos do Turismo Sustentável, quer dizer que queremos praticar um turismo que não seja um turismo de massa, mas um turismo que seja amigo do ambiente.

O Deputado Wuando Castro fez menção à questão de cortes de gorduras. É devidamente conhecido nesta República que as despesas com o Pessoal leva uma grande parte da fatia do Orçamento Geral do

Estado. É devidamente conhecido nesta República que o Programa de Investimento é financiado com noventa e tal porcentos das ajudas externas, ajudas de desenvolvimento oficial. Isto porque, se nós temos um país em que 52% daquilo que são as nossas receitas internas vão para o pagamento das despesas com o Pessoal, naturalmente sobra muito pouco para fazer face às despesas de investimento.

Mas eu queria também tocar nalguns aspectos deste Programa do Governo que reflectem ou irão reflectir nas acções deste Governo, quando nós tivermos que discutir o Orçamento Geral do Estado. O que é que ele tem por detrás? Só alguns exemplos: prevê a compra de três ambulâncias para o Hospital. Em vez de nós estarmos a receber várias carrinhas para as várias Delegacias, nós vamos priorizar a compra de ambulâncias para o Hospital.

Prioriza verbas e vamos ter que deixar verbas cativas para a aquisição de medicamentos, consumíveis e reagentes para o Hospital, para todo o ano. Esta verba não deve ser mexida, porque isto é uma prioridade. Se nós não temos isso como prioridade, naquilo que é o nosso plano de tesouraria, isso irá implicar mortes no Hospital e não só.

Prevê, se me permite Sua Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, fazer o ajuste salarial e aumentar os salários, inclusive dos Deputados, dos Médicos, de todos os profissionais de Saúde, dos professores, mas mais do que isso, manter a meta que nós temos com o FMI, de 8,3% do PIB para a massa salarial.

Quem é que não aprova um programa de um governo que quer tirar do papel, para pôr em Ferreira de Governo um novo hospital?

Quem é que não acredita no programa de um governo que, pela primeira vez, pagou os professores do curso nocturno no dia 1, creio, Sra. Ministra da Educação, quando normalmente se pagava até ao dia 15? Pagamos a todos no meio de tanta tempestade, mas ainda assim fizemos esse pagamento.

Quem é que não acredita no programa de um governo que já trabalhou para a aquisição da próxima remessa de combustível que irá chegar ainda este mês, fazendo assim com que a economia continue a funcionar de forma ininterrupta.

Estamos aqui a falar das grandes acções. E dizer ao mesmo tempo que fizemos todos esses pagamentos de salários, também fizemos o pagamento da dívida cruzada entre ENCO/Estado, Estado/ENCO.

Nós não podíamos estar aqui só a falar dos são-tomenses que vivem em São Tomé e Príncipe, mas também aproveitar para falar dos são-tomenses que vivem na diáspora. Creio que foi o Deputado Wuando Castro que fez menção que teriam saído 17.000 são-tomenses no ano passado. Há uma questão que parece mínima, mas que este Governo, em menos de 1 mês, porque amanhã é que havemos de completar 1 mês, decidiu, para aquilo que se chama de bidões, retirar todas as taxas aduaneiras.

Aplausos gerais.

Vozes: — Muito bem.

O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças: — Coincidemente, nós temos aqui os Deputados da diáspora que são do ADI. Como não aprovar o programa de um governo, não estou a dizer que seja essa a intenção deles, que leva uma questão dessa? Se nós tivermos que multiplicar 17 000 pessoas, os novos emigrantes, hipoteticamente, nós decidimos que eles podem até 150 kg, desde que o valor aduaneiro seja de 15.000 dobras, 600 euros, importar duas vezes por ano, porque ao fazer a primeira importação do bidão, tem que levar mais 180 dias para poder fazer a segunda. Estamos a falar de duas vezes por ano. Se pegarmos e multiplicarmos 17 000 vezes 600 euros, que dá 15 000 dobras, vezes duas vezes por ano, nós estamos a falar de 20 milhões de remessas emigrantes.

Também este Governo, para poder facilitar até a vida desses nossos imigrantes, em poucos dias de governação, decidiu criar um sistema telemóvel em que as pessoas prestam auto declaração, ou seja, o emigrante ou quem ele pedir para poder levantar a mercadoria aqui, pode fazê-lo via telemóvel e através de uma referência bancária, quando a pessoa que irá receber aquela mercadoria irá recebê-la já com o pagamento feito e decidiu criar um armazém especial só para esses emigrantes.

Bem, eu não queria alongar muito, mas também falar de uma preocupação que foi levantada aqui, creio que foi pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano, quando falava dos empresários, creio eu. Nós, ao nível das Alfândegas, este Governo, também decidimos que aquilo que são os operadores económicos autorizados ou qualificados, aqueles que cumprem com toda a questão da *complaint*, aqueles que têm tudo regularizado, nós também decidimos que eles devem ter um tratamento especial. E dentro daquilo que é tratamento especial, nós decidimos por um pagamento dos impostos, para permitir dar alguma liquidez a esses empresários, porque não queremos entrar naquela política de perseguir aqueles que são os mais conhecidos na praça. O que temos que fazer é alargar a base tributária e trazer o maior número de contribuinte possível. Por isso é que a questão da digitalização e a informatização da Administração Pública, conforme aqui falou Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, é um factor muito importante neste Programa do Governo, precisamente para trazermos muito mais contribuintes, através da digitalização, para dentro do sistema e com isso diminuir a carga fiscal daqueles que sempre pagam. Este Governo não vai perseguir os grandes contribuintes, vai sim trabalhar com os grandes contribuintes.

Bem, como ainda temos a discussão do Orçamento Geral do Estado, eu não queria aqui esgotar todas as novidades que este Governo poderá trazer.

Obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro das Finanças.
Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde (Celso Matos) — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Caras e Caros Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, uma vez mais, Caros Colegas Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Aqui alguém falou de baptismo e quero dizer que faço o meu baptismo na actividade política. Não tenho como fugir desse facto.

Quero dizer também que eu aprecio aqueles que fazem críticas à Saúde. Quer dizer que estão preocupados, mesmo os que estão no País como aqueles que estão no exterior. Muitos estão no exterior e nunca mais querem saber de São Tomé e Príncipe e alguns que estão lá fazem críticas. A gente deve agradecer, porque estão preocupados com o País.

Estou disponível para ouvir todas as críticas. A Saúde é uma área que converge com todas as outras instituições e outras actividades. Porque alguém já falou aqui de turismo, todas as outras áreas vêm desembocar na Saúde. E se todos sabemos a definição da OMS para a saúde, não é só a ausência da doença. Bem-estar e círculo social também estão incluídos. Portanto, é uma área que atravessa todos os Ministérios, todas as actividades nacionais.

Portanto, o Deputado Delfim Neves abordou a questão de que podemos ter um hospital, sim, mas se não tivermos saneamento de meio e higiene, obviamente que continuaremos a ter grandes desafios e muitos doentes em situação de perigo. Esta situação está acautelada num dos pontos do Programa. A questão de água e saneamento do meio está acautelada.

A Deputada Alda Ramos falou da questão da marcação de exames, vou-me deter um pouco aí. Para quem viajou para países mais desenvolvidos, quando se chega a uma consulta nesses países, a tendência dos médicos é marcar exames de todo tipo. Eles têm essas possibilidades, para que também não falhem no diagnóstico. Falhando no diagnóstico, naquele nível, há um processo disciplinar e judicial que podem até ser submetidos.

À medida que em São Tomé e Príncipe começamos a ter mais exames disponíveis e obviamente com a acção de críticas e não só sobre a saúde, os nossos médicos também têm que se precaver. Começamos a pedir exames. Vem com uma dor de cabeça que não está a passar, passados uns quantos dias, vamos pedir TAC, porque nós não sabemos. Então, se nós começarmos a agir dessa forma, pedindo exames que devem ser exigidos às pessoas, obviamente, que o volume e a necessidade aumenta.

Em Portugal e em outros países, a marcação dos exames demora 8 meses. Aqui, com menos recursos e menos recursos humanos, nós não podemos duvidar que isso possa acontecer. Podemos trabalhar para minimizar, porque obviamente não temos o número de recursos humanos especializados para dar resposta a tempo como é exigido, mas é uma questão que podemos trabalhar, como eu disse, dependendo da suspeição da gravidez, pode-se abrir exceção e saber melhor equacionar essa marcação dos exames. Eventualmente também outras ideias poderão vir a surgir, para ter mais disponibilidades dos técnicos para fazer exames. São questões que poderemos vir a desenvolver no futuro.

A saúde a nível terciário é para hoje, tanto é que o Governo decidiu e bem, no meu ponto de vista, avançar para o novo hospital. Eliminariam várias questões de constrangimentos que temos no Hospital Ayres de Meneses, mas daremos de facto uma nova ênfase à saúde preventiva. Há muita necessidade de se evitar que as pessoas fiquem doentes, porque o custo de tratamentos das doenças crónicas, não transmissíveis e doenças cardiovasculares é muito mais elevado, e o País tem que retirar grande quantidade de fundos para poder fazer face a isso, e estamos sempre dependentes de parceiros, porque não temos esse fundo. Portanto, temos que trabalhar muito nas comunidades, para ensinar às pessoas aquilo que é bom e aquilo que é mau para a sua saúde e assim evitarmos situações de maior gravidade.

Por enquanto é tudo que eu queria dizer. Como alguém disse, há muitas outras actividades para além daquilo que está no Programa e vamos certamente debater convosco.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde: — Desculpe, obrigada, ia esquecendo-me de um assunto urgente e prioritário. Todos devem seguir a comunicação social e sabem que há um surto de cólera em Angola. Isto é um alerta que faço, aproveitando essa ocasião, a todo o povo de São Tomé e Príncipe, sobretudo os residentes em São Tomé e Príncipe, para reverem a sua higiene pessoal. Às Camaras Distritais, para reforçarem as medidas de higiene e recolha de lixo. Às populações no seu todo e às pessoas que vendem produtos no chão, apelo que os produtos alimentares não devem ser vendidos no piso. Devem ter uma altura mais ou menos de meio metro para venderem os produtos. Mas reforço a questão da água, da lavagem das mãos, uso de latrinas e casas de banho, para evitar que a situação, embora se entrar um caso nós não teremos números muito grandes. Dizer também que as acções estão a ser desenvolvidas, no Aeroporto já temos tendas de campanhas com todas as orientações para os passageiros que vêm nos voos de Angola, já há uma equipa fazendo o domínio de casos, com médicos e enfermeiros nos distritos e no Hospital Central. Portanto, estamos a organizar-nos para uma eventual entrada no País de casos de cólera.

Muito obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro da Saúde.

Para concluirmos esta ronda, tem a palavra o Sr. Ministro de Infra-estruturas e Recursos Naturais.

O Sr. Ministro de Infra-estruturas e Recursos Naturais (Nelson Cardoso): — Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Colegas Ministros, eu venho cá a este púlpito para responder a dois Srs. Deputados que levantaram uma questão, no meu entender, muito importante. Eu acho que nós todos estamos de acordo quanto à questão de energia e água. Eu estaria a me referir ao Sr. Deputado Delfim Neves, quando fala de energia hídrica. Nós não sabemos se é do conhecimento dos Srs. Deputados que nós adoptamos, como falou o Sr. Ministro Gareth, o plano de descarbonização. Nós nos engajamos a este plano e definimos que até 2030 temos que ter energia limpa. Isto impõe-nos algumas medidas. Impõe deixar um pouco aquilo que é a energia térmica, até porque o País já não se compadece com a importação trimestral de combustível. Nós vamos partir para energia solar, em primeiro lugar, por ser mais expedita, é uma fonte de energia que pode ser mais expedita do que a energia hídrica, embora a energia hídrica não esteja descurada de todo.

Nós entendemos que as bases orientadoras, respondendo ao Sr. Deputado Delfim, existem. No passado, no País, grande parte das comunidades já era suportada por essa fonte de energia e, porque não, não partirmos por aí. Mas, como entenderão, a energia hídrica implica obras de engenharia, em termos de captação ou represas, falar de tudo quanto é betão que se tem que mover, o período de cura, é uma gama de questões. Não vou entrar em detalhes, o Sr. Engenheiro Gabdulo, de certeza, queria que eu entrasse, por ser Engenheiro civil e colega, mas o fórum não é, acreditem, técnico, mas sim político.

Agora, vou responder ao Sr. Deputado Engenheiro Gabdulo colega, que levantou a questão da Lei de Licitação. É verdade que algum tempo a esta parte nós nos debatemos com isso, até o senhor com maior propriedade, porque sempre esteve muito ligado à questão de concursos e contractos. Enquanto engenheiros deixemos esta parte para os juristas. Acredito, como reconheceu o Sr. Primeiro-Ministro, que na verdade a nossa Lei de Licitação, 8/2009, carece de algumas melhorias.

Não vou entrar agora em pormenor na verdade, porque, como falou o Sr. Ministro Gareth, haverá muitas surpresas. Quando nós estivermos a discutir as GOP e o Orçamento, poderemos cingir-nos àquilo que é mais específico. Mas só para a alento do Sr. Deputado, dizer que a primeira visita feita pelo Sr. Ministro, da qual estive também envolvido, foi à EMAE e à captação de água de Cangá. Captação e estação de tratamento. Isto na verdade é para dizer o quê? Há sensibilidade deste Governo para estas duas áreas.

Eu diria, só para terminar e para não ser muito extensivo, Sr. Engenheiro Gabdulo, nós que vivemos em Guadalupe podemos ter boas novas. Assim, estaríamos a retomar os depósitos, os dois reservatórios, quer em Conde quer em Guadalupe. Nós vamos, a todo gás, retomar um projecto que já há algum tempo deveria ter sido concluído.

Eu apenas disse isto porque o Sr. Deputado, quando fez referência, falou da descentralização, entre aspas. Então, Lobata não deixa de ser um distrito. Eu sei que, se calhar, pelo facto de eu ser de Lobata, podem pensar que estou a «puxar a brasa para a minha sardinha». Digo mais por ser um processo já engajado, do qual o próprio Governo engajou financeiramente. Por isso é que nós temos que retomar esses processos, como muitos outros que serão retomados.

Muito agradecido.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro de Infra-estruturas e Recursos Naturais.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher.

A Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher (Vera Cravid): — Mais uma vez.

A gente quando está aqui pela primeira vez, pelo nervosismo, as questões fogem e eu esqueci-me de responder à questão levantada pela Sra. Deputada Alda Ramos, sobre o abuso sexual. Foi aflorada aqui. É para dizer à Sra. Deputada e aos demais que há continuidade de política. A luta contra a situação de abuso sexual no País é para se manter e a tolerância zero contra essas práticas é para se manter. Já há bastante investimento feitos nesta matéria, em termos de formação e capacitação técnicas das pessoas que lidam com esta matéria, a própria Casa Parlamentar em tempo melhorou bastante a questão legislativa. Nós agora temos duas questões que precisamos tratar, a questão de atendimento integrado da vítima. Está-se a fazer uma sala de atendimento integrado da vítima, porque neste preciso momento a vítima presta declarações em todas as situações, em ela é chamada. Se ela apresentou uma denúncia na Polícia, ela é ouvida na Polícia, no Ministério Público, nos Tribunais, no hospital, ou seja, há uma vitimização da própria vítima. Logo, há a necessidade de criar um sistema de atendimento integrado, onde a vítima é ouvida só uma vez, onde nessa audição é acompanhada pelo Juiz, o Advogado do suspeito, o assistente, o Ministério Público, a Polícia Judiciária e um elemento, dependendo da porta de entrada, da Polícia Nacional, que se fará presente para que essa declaração tenha validade até ao julgamento e, quiçá, à condenação do acusado. E também há o sistema de melhoria das condições de feituras dos exames, porque o Governo tem sobre a mesa a criação do Instituto Médico de Medicina Legal, em São Tomé, para melhorar não só a questão de recolha de provas, como também nas outras áreas, porque esta área é uma área que em São

Tomé faz muita falta, não só para a questão de abusos, como para outras questões, como para a recolha de vestígios de supostos crimes cuja prova se requer para a discussão em audiência de julgamento. E formação também de médicos. Já há pessoas indicadas para serem formadas em Medicina Florence, e todo um conjunto de medidas já foram e estão a ser tomadas para melhorar a questão do abuso sexual em São Tomé e Príncipe.

Também há um trabalho já bastante avançado que é o Estatuto da Vítima, porque é preciso dar assistência e apoio às vítimas, porque nós só tratamos do agressor, não tratamos da vítima. Isto é uma questão que precisa ser vista com muito cuidado, porque se está a falar de um ser humano na fase de crescimento e cuja sua privacidade foi posta em causa.

Portanto, é preciso que se trabalhe neste aspecto, para que a vítima possa sentir-se segura e sentir que há um certo cuidado, apesar de haver essa situação de tratamento do agressor, para que ela possa seguir em frente com a sua vida e não ficar com trauma ou sequelas dessas agressões.

Portanto, eu acredito ter respondido à questão da Deputada Alda. Apesar de não estar prevista no Programa do Governo que hoje se apresenta, esta na linha da continuidade de tudo aquilo que faz parte da política da justiça para melhorar e aperfeiçoar o Sistema Judiciário e Judicial de São Tomé e Príncipe.

Obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Ministra.

Assim fechamos a primeira ronda deste debate. Temos inscritos mais cinco Deputados, pelo que passo a chamar a Sra. Deputada Beatriz de Azevedo, Líder do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN, para uma intervenção.

Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) – Muito obrigada, Senhora Presidente.

Caras e Caros Colegas Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Sras. Ministras, Técnicos da Casa Parlamentar, Mídias, muito boa tarde, não deixando também de cumprimentar os sãο-tomenses que se encontram fora do nosso Território Nacional.

Sr. Primeiro-Ministro, acompanhei atentamente a intervenção feita por si e eu pude também analisar o Programa do Governo. Há muitas questões que os colegas Deputados já levantaram e, para não ser repetitiva, o que eu quero aqui perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro é: este Programa do Governo garante a sustentabilidade financeira?

Eu trago esta questão, porque há muitos anos aprovamos Programas de Governos, OGE e GOP, mas o que nos dizem é que as coisas não foram feitas, porque o país A e o país B está em guerra, o País não produz e uma série de questões. Por isso é que eu trago esta preocupação.

Primeiramente, gostaria de parabenizar o XIX Governo pela posse, desejar força e coragem para conseguir resolver os problemas que afectam população de São Tomé e Príncipe, porque não pode ser mais um governo. Porque um governo, mais dois, mais 10, já estamos em 19 governos, é muito para São Tomé e Príncipe.

Se nós vamos ver o país irmão Cabo Verde, o número de governos que esse país já teve, Cabo Verde tomou independência a 5 de Julho de 1975 e São Tomé e Príncipe, uma semana depois, 12 de Julho de 1975, se formos ver o desenvolvimento que os cabo-verdianos conseguiram obter até à data presente, eu diria que não estamos nem na milésima parte daquilo que é o desenvolvimento de Cabo Verde.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a minha preocupação é se há garantia de financiamento para o senhor conseguir pôr em execução aquilo que o planeia. Caso não, não sei! Por ser sãο-tomense, gosto de ver para crer. Eu acredito que os senhores trazem uma luz no fundo do túnel e é essa luz que os sãο-tomenses querem ver, que o povo do Distrito de Caué quer ver.

Falou-se aqui que estamos prestes a comemorar 50 anos da nossa Independência, mas se formos ver, dos 50 anos da nossa independência, ainda não somos independentes, porque dependemos em tudo. Se os que estão em Água Grande dependem em tudo, imaginem quem fora dela está!

Em nome da Coligação MCI/PS-PUN, o que já vimos fazendo desde 2018 é viabilizar o Programa, o Orçamento, as GOP de qualquer governo, desde que este venha para tirar a população de São Tomé e Príncipe, principalmente aqueles que estão lá nos *kafundós*, porque digo que a vida de uma cidadã ou de um cidadão em Água Grande, em Mé-Zóchi não é a mesma dos cidadãos que estão fora desses dois distritos.

Gostaria de apelar que quando estiverem a fazer, já está em curso como ouvi aqui, o OGE e as GOP, não se esqueçam de colocar todos, mas todos os projectos que ao longo dos 50 anos, projectos para Caué, Lembá...

Murmúrios.

...porque os projectos para os Distritos de Caué e Lembá e mesmo Cantagalo, falo do hospital que era para ser erguido em Úbua-Budo, quantos anos têm? Quantos? Já têm cabelos brancos. E como cidadã que vive lá, preciso desses projectos, principalmente aquilo que é prioridade das prioridades para os nossos distritos.

O Sr. Elákcio da Marta (MLSTP/PSD): — Todos não.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Eu não quero responder ao Sr. Deputado Elálcio, porque não venho para responder a nenhum deputado, mas se quiser podemos falar bilateralmente.

Por isso, mais uma vez, gostaria de parabenizar o XIX Governo. Desejar força e coragem, acima de tudo atitudes positivas, porque há muita coisa, há muito deixar andar. Não contem comigo para deixar andar e nem com a minha Bancada Parlamentar. Aquilo que podemos fazer para viabilizar a governação do XIX Governo, faremos, quando sabemos que está em harmonia com aquilo que é o bem-estar da população, seja lá onde o cidadão estiver.

Muito obrigada pela vossa atenção!

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada e Líder Parlamentar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter chegado até aqui e dizer a todos que 50 anos é tempo de analisarmos. Não são 50 anos de liberdade, de escravidão. Aqueles que morreram na escravidão, que Deus os detenha onde estão, que o Senhor receba as suas almas, porque morreram inocentes, sofridos. Não passamos esses tempos.

Quis responder àquele deputado que disse que saímos da escravidão. Agradeço a Deus por nunca ter passado pela escravidão. Vi aqueles que sofreram, morreram electrocutados, outros morreram sofridos e afogados.

Espero que reflectamos sobre a escravidão e peçamos a Deus misericórdia, porque não podemos volta nunca mais à escravidão, porque foi um momento muito difícil, foi momento de dor, momento de ranger de dentes. Estamos aqui confortados, com casaco e ar condicionado, tomado um bom café, com um carro confortável, a vir gozar do povo, dizendo que saímos da escravidão...

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Esse discurso não pode.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — A Sra. Deputada que acabou de fazer intervenção, eu a interrompi, porque estamos a discutir o Programa do Governo. Esta parte da sua intervenção pode ficar para amanhã, no período prévio. Desculpa o mau-jeito!

Vamos continuar.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Ferreira.

O Sr. **Messias Ferreira** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Elenco governamental, Caros Deputados e Caras Deputadas, muito bom dia.

Começo por dizer que «em democracia, não existe um único representante», palavras de quem todos conhecemos, Jonas Savimbi. Minorias, grupos, interesses, todos têm representação e todos têm a liberdade de expressar. Portanto, aqui todos os deputados têm o mesmo direito, não existe nenhum deputado que vale por dois. Um deputado é um deputado.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Eu sinto-me humilhada aqui nesta Sala. Noite e dia sinto-me humilhada aqui nesta Sala. Eu poderia abandonar esta Sala, é muita tristeza! Discriminação é crime! Depois dizem Gorgulho, Gorgulho. Somos gorgulhos pretos.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — É bonito?

Murmúrios.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Eu também fui vaiado no púlpito. Tinha que ter capacidade.

A Sra. **Presidente**: — Vamos seguir. Pode continuar, Sr. Deputado.

Murmúrios gerais.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão

Eram 14 horas e 15 minutos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, com o debate à volta do Programa do Governo. Na altura tivemos que fazer uma paragem quase que obrigatória, já se aproximava o momento para o intervalo, também é verdade, mas na altura em que tomamos a decisão de suspender não eram propriamente ainda 13 horas, mas hão-de entender por que motivo isso aconteceu. Vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. **Messias Ferreira** (ADI): — Mais uma vez, Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Continuando a minha intervenção, gostaria de dizer que em democracia não existe único representante, somos representantes. A Sra. Presidente da Assembleia é apenas a primeira dos 55 representantes aqui na Casa Parlamentar. Não há nenhum deputado aqui que vale por dois. Um deputado é apenas um deputado. Então, vamos ter mais empatia uns para com os outros.

No Programa do Governo, no qual já dei uma vista de olhos, gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco que directamente não existe nada concretamente direcionado à Região Autónoma do Príncipe. Compreendo sim, é um Programa que é do Estado por completo, Estado São Tomé e Príncipe, mas devido à especificidade da nossa Região, penso que deveria haver algo especificamente direcionado para a Região Autónoma do Príncipe.

Mesmo na composição governamental não existe uma representação da Região Autónoma do Príncipe, mas não basta também ter uma representação, precisa de ser alguém que de facto defenda os interesses da Região. Não faço essa chamada de atenção para que se coloque alguém por motivos partidários ou de amizade, mas sim alguém que de facto defenda os interesses da Região Autónoma do Príncipe, alguém que seja de consenso regional.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos perante algo inédito na nossa democracia, é pela primeira vez que há um Primeiro-Ministro que tem a confiança total dos Deputados da Assembleia, de todos os partidos que têm representação na Assembleia.

Ficou aqui bem claro, quero agradecer a Bancada do MLSTP/PSD, do MCI/PS-PUN e principalmente a Bancada do ADI, pois todos em conjunto perceberam que após 50 anos de independência precisamos reunir todos em volta de um São Tomé e Príncipe promissor e melhor para todos os sãotomenses.

Devemos colocar em primeiro lugar o sãotomense, em segundo lugar o sãotomense, em terceiro lugar o sãotomense, em quarto lugar o sãotomense. Por isso, quero agradecer pela atitude de todas as bancadas em depositar o apoio a este Governo, para que no final possamos dizer que valeu a pena acreditar e valeu a pena dar esse voto de confiança a este XIX Governo de São Tomé e Príncipe.

Todavia, este é um Programa de Governo, sim, mas gostaria de fazer dois ou três reparos, porque a Região Autónoma do Príncipe tem a sua especificidade.

Vou começar com o Sr. Ministro das Finanças, que disse aqui que isentou os bidons azuis. Gostaríamos que isentasse também todas as mercadorias que entram na Região Autónoma do Príncipe. Gostaria também que fizesse uma revisão e um apreço à Lei das Finanças da Região Autónoma do Príncipe. Ela tem as suas características, sei que o Governo é de São Tomé e Príncipe, mas as Finanças local tem as suas características próprias, penso que se deve ter uma atenção especial no que toca à Região Autónoma do Príncipe.

Sra. Ministra da Justiça, quero dizer que ansiava um dia em ver a Dra. como Ministra, porque sempre a admirei e acho que é uma mulher de peso. Acho que vai conduzir a nossa Justiça,...

Murmúrios.

Aplausos do ADI.

Nós depositamos em si a Justiça. Sei que não vai resolver todos os problemas, mas acreditamos que vai colocar a Justiça no bom caminho.

Ao Sr. Ministro das Infra-estruturas, queria chamar atenção em relação à Região Autónoma do Príncipe, nas ligações marítimas e aéreas, porque só com uma boa ligação marítima e aérea com maior frequência é que a população da Região Autónoma do Príncipe pode conhecer um maior desenvolvimento social e económico.

Ao Sr. Ministro da Saúde, gostaria que tivesse um maior comprometimento com a Região. Não digo que precisa de um Hospital novo, precisa sim, mas com as dificuldades que temos não vamos ser muito sonhadores, mas precisa de haver um comprometimento com a saúde da população da Região Autónoma do Príncipe. Só a evacuação médica acarreta vários problemas, desde problemas financeiros até emocionais, cada vez que alguém vê o seu familiar se deslocar para a Cidade de São Tomé e não pode acompanhar. Portanto, que haja um maior comprometimento com a saúde na Região, sem falar do bloco operatório. Mas isso é para depois, no Orçamento.

Não vou alongar muito, só quero desejar ao Governo, em especial ao Sr. Primeiro-Ministro, que não venha defraudar toda essa confiança que o Parlamento e os Deputados depositaram em si.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Orlando da Mata.

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe que nos acompanha, boa tarde.

Porque continuo a assumir que o País está em primeiro lugar, gostaria de felicitar pela coragem que este Governo tem, teve e continuará a ter, porque conheço os membros deste Governo, para assumir este País e um Programa que vai ao encontro daquilo que precisamos. Do *blá, blá, blá*, já estamos cansados, é necessário sermos os homens que este povo precisa. Por causa disso, começo com o primeiro eixo «Fortalecimento da Governança». É necessário, sim, termos um Governo forte, e um Governo forte que não fique só na figura do Primeiro-Ministro, pois vejo aqui elenco forte, pessoas capazes. Isto me alegra como são-tomense, acima de tudo, e como Vice-Presidente do Partido ADI. Apesar das contendas internas que temos, temos que assumir que é necessário, o povo espera que façamos algo mais. E por causa do povo, essa proximidade com o povo vai garantir 2026, meus senhores. E quando falo de proximidade com o povo, falo porque hoje os são-tomenses não acreditam em nós como políticos. Temos que mudar essa imagem.

Quando assumi que tornaria político, assumi porque considero que ainda consigo fazer algo para este povo e para mim. Será uma tristeza o meu desaparecimento, sem conseguir fazer algo. Aí darei ao Sr. Deputado Delfim Neves razão, todos nós falhamos, mas não precisamos continuar a falhar, temos que ter coragem e essa coragem passa por outros eixos.

A nossa agricultura tem que ser sustentável, não podemos aceitar que importadores são-tomense tragam pimentão, tomate, cebola para São Tomé. Continuamos com esse tipo de comportamento, porque não somos capazes de produzir para nós mesmos. A nossa pesca, temos a questão de acordo com a União Europeia, temos que rever, temos que olhar o que queremos para este país.

O nosso turismo sustentável. Como podemos falar de turismo sem infra-estrutura? A saúde é vital. Tenho pessoa internada no Hospital e sei a realidade do nosso Hospital.

Fico feliz e não totalmente satisfeito, quando o Sr. Ministro das Finanças diz que guardou dinheiro para salvaguardar a questão de importação de medicamentos. Não é só guardar dinheiro para isso, é necessário olharmos o que as pessoas fazem com os medicamentos que vêm para São Tomé. A questão do desvio é fundamental, nós temos que que olhar para nós. Mas quando eu digo nós temos que olhar para nós, porque só existe roubo, porque nós compramos. Se nós não tivéssemos a comprar o roubo, o roubo deixaria de existir, deixaria de ser atractivo. Nós continuamos a comprar o roubo.

Saindo da vitalidade da saúde, nós temos uma questão muito importante que é a questão das energias renováveis. Se nós não olhamos isso como eixo fundamental, como disse aqui o Ministro, de 3 em 3 meses o Governo tem que arranjar 10 milhões e tal de dólares para importar combustível. Desse 10 milhões e tal de dólares, a nossa amiga EMAE consome quase 90% e sem retorno. Porque muitos de nós mesmos não pagamos a energia. Nós enquanto individual, nós enquanto instituição. Muitas instituições não pagam e não racionalizam. Porque quando eu não pago, eu não me preocupo, e é necessário começarmos a olhar, porque a responsabilidade é de todos nós. Temos que olhar para isso.

Por isso, mais uma vez, está tudo feito no Programa, mas falta o mais importante. Voltamos aqui a dizer, vocês conseguiram, nós conseguimos, todos nós temos que dar a nossa contribuição, e eu estou aqui para dar a minha contribuição, enquanto são-tomense, enquanto Vice-Presidente do Partido ADI, porque eu sei a importância que isso tem hoje para o nosso país.

Nós temos que avançar, já não nos resta muito, 50 anos de miséria, chegou! 50 anos que o povo nos vê aqui nesta Casa, alguns há mais tempo e outros há menos, mas admitindo as mesmas coisas. É necessário mudar! Muda A, B e C, mas a realidade não muda.

Por isso, temos que enfrentar essa realidade, e eu espero, porque eu acredito, porque não são quinhentos e tal dias que fazem a diferença. Os famosos 100 dias da governação é que é importante. Porque quem toma uma mulher, um homem, em 100 dias, ele tem que decidir se essa mulher é para a vida ou não. E eu já tomei a minha decisão.

Obrigado.

Aplausos.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Orlando da Mata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Mesa, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, População em geral, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, eu praticamente fui ultrapassado em termos de questões pelo meu colega Messias, que aflorou de facto as questões que inquietam a Região Autónoma do Príncipe.

Uma vez eu vim cá em missão de serviço, era Deputado da Assembleia Regional, das poucas autoridades nacionais que nos receberam, o senhor é uma delas. O senhor nos recebeu e nos ouviu. E eu acho que se calhar houve algum lapso durante o seu Programa, porque a visão é nacional, mas nós do Príncipe, se calhar, o que nos satisfaz é que haja coisas mais concretas direcionadas para o Príncipe. Região Autónoma, políticas concretas a nível de saúde, linhas orientadoras, para que de facto haja reflexão a nível do Orçamento. De facto nós esperávamos que fosse assim. Pronto, do contrário, como não há, até porque no Programa do Governo há acções programadas no eixo 1, ponto 3, 1.º parágrafo, faz menção à criação de conselhos distritais. Portanto, ficou um lapso, faltou a Região Autónoma do Príncipe. Quero acreditar que o Príncipe está incluído nessas linhas orientadoras e que quando estiver a diluir acções concretas no Orçamento, o Príncipe também será beneficiado por esta atitude programática de governação a nível do Orçamento.

Alias, eu quero alertar o governo Para reflectir bastante nas questões do Príncipe no Orçamento nacional, até porque, em matéria fiscal, em 2023, nós assistamos aqui ao aumento de impostos aduaneiros, todo tipo de impostos, na Lei do Orçamento.

Eu gostaria de alertar o Governo, na Lei do Orçamento deste ano para o Governo fazer o contrário, decrescer e, como já foi dito aqui pelo Ministro, se calhar isentar, para facilitar a vida da população, porque de facto o custo de vida aumentou bastante e estamos a viver com bastante dificuldades. E nisto, eu vou mais para lá, vou para o Príncipe, porque nós estamos aqui a assistir ao Plenário, houve cerca de nove intervenções dos Deputados e ninguém falou do Príncipe. Veio o Primeiro-Ministro, não se lembrou do Príncipe. Só o Deputado Messias, que é o Deputado eleito lá, e eu. E é preciso abrir um debate para toda gente falar do País inteiro, e sobretudo o Governo, falar e mencionar o Príncipe. Olha, pensamos que o Príncipe, em matéria tal, a linha orientadora ia fazer tal coisa. Nós precisamos sentir-nos dentro do processo de pensamento do Governo.

Eu quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, enquanto continuarem as assimetrias de preços de produtos de consumo, sobretudo da cesta básica, são três vezes mais caro em relação a São Tomé, e os diferentes governos não assumem e não cumprem a lei de subvenção desses produtos, continuamos a pagar o IVA três vezes também mais caro em relação a São Tomé, o custo de vida na Região Autónoma do Príncipe torna mais difícil, nós compramos mais caro, tudo é mais caro. Se o IVA são 13%, se um produto aqui é 10, lá é 30, não é preciso falar. O senhor tem experiência suficiente para perceber isso. Então, é preciso corrigir.

Para a Lei do Orçamento, eu gostaria de alertar o Governo que de facto tome essas medidas, para facilitar a vida do Príncipe.

Enfim, não poderia deixar de felicitar o Sr. Primeiro-Ministro por esta função, também porque no Príncipe nós acompanhamos que em uma semana o senhor teve o sinal dos parceiros. Os parceiros vieram, deram um sinal de credibilidade do seu Governo e à sua própria pessoa, também é a primeira vez a ser Primeiro-Ministro, mas também já esteve no governo durante um tempo e demonstra uma experiência confiável. Eu espero que toda essa demonstração venha a refletir-se de facto na melhoria do custo de vida das pessoas. É preciso ter políticas públicas bem focadas, mais muito bem focadas, para folgar as pessoas.

A senhora disse que está «cabo d' aço», o senhor disse aqui «ome gaba ku muala kélê», eu espero que o senhor não seja *ome gaba ku muala kélê*. Eu não sei falar o crioulo de São Tomé.

Eu espero que tudo aquilo que nós estamos a programar de facto seja implementado.

Bom, há uma questão, Sra. Presidente da Assembleia Nacional. Às vezes, quando olho para o País, depois paro para refletir o Príncipe, sou quase uma das únicas vozes que sempre faço os meus protestos. O Príncipe não está quase em nada a nível nacional. Temos que definir políticas para que o Príncipe esteja envolvido no sistema de governação nacional, no processo de decisão nacional.

Na Assembleia, o Príncipe não está na presidência da Assembleia. Não está e nem entrou. No Governo, Sr. Primeiro-Ministro, penso também que por um lapso. É preciso ter um membro do Governo que vive no Príncipe, porque há pessoas do Príncipe e há pessoas no Príncipe. Eu quero que seja pessoa no Príncipe, que já tem uma vivência no Príncipe, sabe quais são as dificuldades e quando estiver no Conselho de Ministros consiga dar elementos suficientes para que o senhor possa pensar a política sobre o Príncipe. Isto é necessário. O Príncipe não está no Governo, o Príncipe não está na Assembleia, o Príncipe não está em nada. E houve um Deputado aqui que disse que o problema do Príncipe se resolve no Príncipe, mas o Príncipe é o País. Eu não sou regionalista de separação. Não! Eu sou regionalista, mas o País é um, não há essa questão de separação. Eu também não quero que haja sâo-tomense que seja regionalista de que São Tomé também vai separar. Não! O País vai continuar.

Agora, é preciso nós juntarmos energias para que de facto o único país sirva-nos a todos.

Muito obrigado e boa sorte para o Sr. Primeiro-Ministro.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. de Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, boa tarde.

Participo deste debate apenas para fazer algumas observações, não tenho assim muito questionamento ao Governo, não há muitas perguntas. Mas gostaria de dizer, tal como alguns colegas Deputados que me antecederam, nós temos que olhar para o País, há necessidade de nós todos colocarmos São Tomé e Príncipe em primeiro lugar. Pelo que eu tenho visto durante o primeiro período do nosso debate, há de facto esse sentimento, tem-se observado, grande parte dos Deputados que têm feito uso da palavra tem de facto olhado para isto, mais vale tarde do que nunca, é preciso darmos as mãos e sabermos que São Tomé e Príncipe deve ser colocado em primeiro lugar.

Para dizer que de facto o Governo tem as minhas felicitações, uma vez que teve uma grande capacidade de síntese, resumiu as suas linhas de acção em poucas páginas e produziu um documento que nós hoje estamos aqui a discutir, e dizia o Ministro das Finanças que grande parte das acções depois serão desenvolvidas no âmbito das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado. Gostaria de pedir ao Governo que, no quadro da elaboração desses dois importantes instrumentos, também estou a referir-me às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento Geral do Estado, quando olhamos para o terceiro eixo de governação, faz referência a promoção da justiça social e inclusão. Nesta perspectiva, eu gostaria de dizer que, na verdade, aqui tem acções programadas como prioritárias. Sendo acções prioritárias, nós temos aqui abastecimento de água potável, mas eu não sei se é por lapso, ou deve estar num outro item, não se faz referência a infra-estruturas rodoviárias. Porque também um dos aspectos que pode e deve permitir a inclusão social é nós olharmos também para infra-estruturas rodoviárias, porque nós temos localidades cujas infra-estruturas rodoviárias, estou a referir-me a estradas, encontram-se em situações extremamente difíceis. Podemos olhar para a zona mais a Noroeste e também a zona Centro, estou aqui a referir-me, por exemplo, a Armelim, Cruzeiro, passando por Obro Longo. Há estradas que clamam por atenção.

Não sei se o Governo pretende ou se terá como, nesses poucos dias que tem, pelo menos minimizar a situação dessa estrada de Armelim a Cruzeiro, porque está uma calamidade. Também, já que sou Deputado nacional, sem se esquecer da zona Sul. Já fiz referência também à zona de Santa Catarina e não só, a Região Autónoma do Príncipe. Quer dizer, é preciso olharmos, a demanda é muita, mas nós precisamos de facto ver pelo menos se iniciamos, para que as pessoas sintam que também estão a ser lembradas. De facto, é preciso terem atenção a esse aspecto, promoção da justiça social e inclusão.

Faz-se referência aqui também ao abastecimento de água. Eu queria dizer-vos que sou duma cidade que alguém chamou uma vez de «vila condenada». E aquelas pessoas que seguem a história de São Tomé tem lido e sabem a que se cidade estou a referir-me. Cidade da Trindade. Eu quero dizer-vos aqui que é uma cidade que nós hoje não sabemos se estamos em Gravana ou se estamos na Chuva. Não sabemos em que estação estamos, porque nós padecemos com o problema de água potável. Anteriormente era apenas na época da Gravana. Hoje, tanto na época da Gravana como na época da chuva, a situação é igual. E eu gostaria que o Governo desse uma atenção, quando tivesse que olhar para o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano. Por quê? Porque nós temos infra-estrutura dessa localidade que tem a ver com a questão da distribuição de água que está obsoleta, está totalmente danificada, e dizem que a água está a perder-se e não chega em quantidade suficiente à residência das pessoas.

Eu acho que são algumas questões que vão com certeza ser transportadas para as Grandes Opções do Plano e para o Orçamento Geral do Estado. Quando tivermos que discutir esses dois instrumentos, eu espero estar atento e poder também dar a minha contribuição.

Como diziam os outros, não vale a pena estarmos aqui a criticar ou a questionar, mas é preciso também, sempre que podermos, dar a nossa contribuição. Por isso, tudo que vem em nome de São Tomé e Príncipe, eu volto a dizer, podem contar comigo e acredito também que todos os sãotomenses de bem irão obviamente apoiar o Governo, para que se consiga melhorar a situação.

Os governos anteriores fizeram até onde puderam e caberá agora a este Governo pegar e continuar. Porque isso é uma espécie de corrida de estafeta, cada um cumpre a sua etapa.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI. Fechamos assim esta ronda, é a última intervenção que temos.

Não havendo mais intervenções, solicito ao Governo se tem alguma intervenção, se assim preferir, nesta fase.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Obrigado, Sra. Presidente.

Vim cá só para pedir à Região Autónoma do Príncipe as minhas sinceras desculpas, pela não menção. Não tem nada a ver com algum esquecimento. Como eu disse, o Programa são linhas gerais. Quer dizer que todas acções descritas neste Programa é a nível nacional. É claro que por respeito, pela unidade e pela proximidade das nossas ilhas, deveríamos pôr algures a palavra Região Autónoma do Príncipe. Eu me penitencio e prometo fazer essa correcção.

O Ministro das Finanças anunciou aqui algum aligeiramento em relação à circulação de mercadorias, principalmente no que diz respeito à diáspora, se calhar queria atingir só a diáspora. Mas esse aligeiramento também será para a Região Autónoma do Príncipe, porque eu pessoalmente estive

recentemente no Príncipe, trouxe isso como preocupação, porque se tem cobrado duplamente os impostos sobre as mercadorias que saem. Portanto, sofrem uma carga fiscal cá e ainda sofrem a outra na Região Autónoma do Príncipe. Nós vamos trabalhar imediatamente para eliminar essa dupla tributação que se tem verificado nos produtos que consomem no Príncipe.

Para dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que nós estamos engajados, sem pôr em causa o funcionamento do Estado, em criar as condições de melhoria das condições de vida da população. É claro que a matéria fiscal é um pouco sensível, é preciso nós termos atenção, porque o Estado precisa de funcionar, a máquina do Estado precisa de funcionar, mas nós também não podemos esquecer que a população precisa de viver dignamente. Por um lado, temos que procurar alargar a base fiscal, e o Ministro também anuncio aqui algumas medidas em relação aos grandes contribuintes, mas por outro lado também nós temos que procurar desaggravar as imposições fiscais para aquelas pessoas que têm rendimento baixo e que precisam do mínimo para viver, para além das prestações sociais.

Portanto, é isso que eu gostaria de dizer como introdução, mas eu acho que algum Ministro quererá complementar mais alguma coisa sobre aquilo que foi dito aqui. A Sra. Presidente permite que algum Ministro venha aqui complementar mais alguma coisa?

A Sra. **Presidente**: — Permitimos sim, Sr. Primeiro-Ministro, até porque o Governo tem muito tempo ainda.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estrutura.

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas e Recursos Naturais** (Nelson Cardoso): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, Caras e Caros Deputados, muito agradecido.

Na verdade, a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José António Miguel, que disse que não consta no Programa do Governo intervenção rodoviária. Eu chamo a sua atenção para o 2.º eixo, no ponto 1, 3.º parágrafo, onde se vê escrito «requalificação de estradas, infra-estruturas essenciais, para facilitar a circulação de pessoas e bens».

Eu gostaria de ser um pouco mais abrangente, porque a questão rodoviária está, sim, devidamente acautelada e vai ser objecto de discussão, se calhar, aquando das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, em que estarão os troços devidamente espelhados, se calhar com mais detalhes e nós até poderemos debater sobre a questão.

É verdade, como poderão perceber, pelas limitações financeiras, não vão constar todos os troços. Porque tudo para nós é prioritário, não vamos conseguir dar vasão a toda a solicitação, mas dentro daquilo que é prioridade das prioridades, faremos. O Programa já está a ser trabalhado, e felizmente os troços que foram aqui levantados constarão no Orçamento.

Eu queria também abordar relativamente à parte de ligação ao Príncipe, quer marítima quer aérea. Antes de pensarmos na verdade na ligação aérea, vamos tentar, dentro da capacidade de mobilização que se poderá ter, fazer alguma intervenção no aeroporto. Nós sabemos que no passado já se fez ali alguma intervenção, não tão bem sucedida, mas de qualquer forma o Governo impõe-nos conduzir algumas actividades de melhoria, para permitir que as aeronaves possam aterrissar no aeroporto do Príncipe.

Ainda na senda rodoviária, no âmbito do Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA III), já falo sob o controlo do Sr. Ministro da Agricultura, se prevê 12 Km de estrada a serem intervencionadas.

Mas eu também gostaria de chamar à razão os Srs. Deputados do Príncipe, também obviamente contando com o apoio abnegado do Governo Regional, porque nós sabemos que o Príncipe acolheu e é reserva da biosfera. Nas nossas discussões com os parceiros, sem os quais não conseguimos mobilizar recursos para intervir, a questão que nos é colocada é a questão de obtenção de materiais. Os materiais são agregados, neste caso refiro-me ao material de extração, para fazer obras é preciso areia, é preciso britas que vêm da Trituração de rochas, e nós sabemos como é a nível da Região. É preciso nós todos, quer o Governo Central, quer o Governo regional, os Deputados também e a população em geral, nos engajarmos em alternativas, para que, quando as empresas forem ali entaladas, conseguirmos os materiais que nos permitam fazer as desejadas intervenções.

Relativamente à questão dos 12 Km de estradas, quando estava numa outra posição, na discussão com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), lembro-me de que deixaram claro que será uma janela aberta. Caso a questão de materiais prevalecer, esses troços que estão definidos serão conduzidos para serem executados em São Tomé. Por isso, eu gostaria de aproveitar este fórum, para chamar à razão todos nós, porque a questão de materiais no Príncipe se impõe. Nós temos que encontrar alternativas para permitir, é verdade que de forma criteriosa, alguma extração de inertes.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei se ainda há outro Ministro ou Ministra a fazer intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Não.

A Sra. **Presidente**: — Não. Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o Sr. Ministro, pela resposta, mas também dizer que eu na verdade olhei para o 3.º eixo, que fala da promoção da justiça social e da inclusão, que faz referência ao abastecimento de Água potável, mas infelizmente o Sr. Ministro não fez referência a esta questão de água potável. Falou de estrada, chamou atenção para o eixo II, onde faz referência a estradas e infra-estruturas, mas não fez referência à questão de água. Mas não há problema, porque de facto a resposta que deu em relação a infra-estruturas rodoviárias serve também para a questão de água, porque tudo isso vai depois ser transportado para as Grandes Opções do Plano e para o Orçamento Geral do Estado.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Messias.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quando eu estive aqui a fazer a minha intervenção, mencionei o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro, que quando tivessem que decidir algo para o Príncipe que tivessem o acompanhamento mais próximo de pessoas que estão no Príncipe ou pessoas que acompanham a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. Ministro referiu-se aqui às estradas e aos inertes, eu acredito que, convededor das obras públicas, tem essas informações de um empresário que trabalha com o PRIASA, que está a fazer as estradas na Região Autónoma do Príncipe e que tem muitas dificuldades. Ele não é do Príncipe. A empresa não é do Príncipe. Então, não sabe como adquirir esses materiais na Região Autónoma do Príncipe. Portanto, não vamos desperdiçar 12 km de estradas que podem ser do Príncipe por informações de pessoas que não têm conhecimento do que se passa na Região Autónoma do Príncipe.

E já agora que estou aqui, queria também lembrar, quanto ao sector energético, que a Região Autónoma do Príncipe consome apenas 1.2 megawatt e não há necessidade para termos tantas dificuldades com a energia fotovoltaica. Podemos colocar painéis, facilmente conseguiremos 1.2 megawatt de energia.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, 2026 será ano eleitoral e é nossa responsabilidade um engajamento absoluto, para criarmos as condições para essa ação. E olhei para o Programa, que devia nos trazer alguma indicação sobre este assunto num dos pontos, mas eu quero alertar para a necessidade de nós olharmos para este assunto, para não chegarmos a 2026 e não termos as condições criadas para a realização das eleições.

Daí que, Sr. Primeiro-Ministro, é só para alertar para que não se esqueçam que em volta desse processo das eleições gerais para 2026, na sequência do entendimento com a União Europeia, o recenseamento é o que custa muito dinheiro a qualquer governo. Este processo devia ser automático, e precisamos encontrar rapidamente uma solução para esse assunto. Alerto ao Sr. Primeiro-Ministro para que priorize, porque o tempo está-se escasseando e provavelmente precisaremos de muitas ferramentas para resolver este assunto.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente e a Mesa da Assembleia Nacional, as minhas saudações.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu elenco, os meus melhores cumprimentos.

Augusta Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, as minhas cordiais saudações.

Depois de sair do Governo, naturalmente que voltei à universidade, voltei à sala de aula e, volvidos 2 anos, regresso à Assembleia Nacional, para dar também a minha contribuição. Há várias formas de servir São Tomé e Príncipe e sinto-me muito honrado por estar cá e poder também dar a minha contribuição neste momento ao nível do Programa do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro eu peço a sua indulgência, para que eu não comece por felicitá-lo já numa perspectiva de cultura de resultados, farei meio percurso. Há cultura que infesta à nascença, terei ocasião de o fazer. Todavia, o que lhe peço é muita coragem e muita humildade. Naturalmente, coragem para dirigir este nosso belo país que está no grupo de pequenos Estados Insolares do mundo, que é o segundo Estado mais pequeno da África, depois de Seicheles, mas nem por isso seja fácil de governar e que só com um estalo de dedos se governa facilmente São Tomé e Príncipe. E por isso vai precisar dessa coragem. Mas como tenho o hábito de dizer àqueles que abraçam a governação, estar a assumir esses cargos é mais do que um acto de coragem. Eu diria mesmo é um acto de heroísmo, sobretudo neste momento. Herói, versos mártires também, mas quando entramos nisso temos que estar conscientes da realidade.

Sr. Primeiro-Ministro, em 4 anos não se consegue fazer tudo, em 18 meses, muito menos. Quando penso, digamos, na gestação humana, 18 meses só dá mesmo para uma mulher engravidar e pôr o bebé no mundo e depois mais nove meses para fazê-lo gatinha. Eu espero bem que no final desse tempo que este país comece de facto a gatinhar, a palpitá, para que o povo sinta esse sinal claro de transformação.

Ovi o Sr. Primeiro-Ministro falar da continuidade deste Governo, que se trata de um Governo de continuidade, portanto, um Governo do ADI 2.

Murmúrios do ADI.

O Sr. Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD): — Sim, sim, é Governo de continuidade, é a segunda parte...

Murmúrios do ADI e aplausos do MLSTP/PSD.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, eu peço desculpas. Portanto, é um Governo do ADI. Penitencio-me, é um Governo do ADI. E como nós sempre dissemos, somos por governos de legislatura e, assim, congratulo-me de facto com isto, mas o que eu queria pedir é que, mais do que um Governo de continuidade, que em São Tomé e Príncipe possamos instaurar a cultura de continuidade de Estado, porque há acções que transcendem as legislaturas, há projectos que levam 10 anos e, de facto, é necessário que todos aqueles projectos de interesse nacional possam ser retomados pelos governos seguintes.

Também gostei de ouvir a intenção do Governo de retomar o processo de visto prévio. Acho que é uma iniciativa bastante louvável e estaremos aqui para fiscalizar, acompanhar e poder apoiar, porque há vários níveis de escrutínio e naturalmente que ao nível do Tribunal de Contas essa fiscalização primária e macro é imprescindível, até para barrar caminho depois para qualquer tentativa ou acto de corrupção.

Para terminar, o primeiro eixo faz alusão ao fortalecimento da governação e proximidade ao povo. Fortalecimento, sim, numa perspectiva que eu acho que, mais do que governos competentes, como é o caso, mais do que governos fortes, como é o caso, nós queremos instituições democráticas fortes, perenes e robustas.

Finalmente, dizer que os recursos mais valiosos de que São Tomé e Príncipe dispõe, na minha perspectiva, são os seus filhos, recursos humanos, as pessoas, que é um recurso tangível, e o outro para mim é a paz, outro recurso intangível. Nós precisamos de pessoas e precisamos de paz neste país, para que possamos desenvolvê-lo. E eu já comecei a sentir sinais de mudança de paradigma, sentimos a grande serenidade à volta do debate aqui na Assembleia Nacional, sentimos esta aura de paz nesta Sala, e que se continue esta cultura de paz, mas paz política, paz governativa, paz social, paz até nas famílias, para que enfim possamos, 50 anos volvidos, dar os primeiros passos.

Portanto, tudo de bom, Sr. Primeiro-Ministro.

Muito obrigado!

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

A Sra. Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Ilza Amado Vaz): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas e Jornalistas: Eu venho para trazer alguns elementos para explicar a situação do processo eleitoral. Após as eleições de 2022, a União Europeia fez um relatório, onde constam 22 recomendações, esse relatório foi largamente divulgado e o Governo assumiu a criação de uma comissão que trabalhou para definir as áreas e poder com sucessos implementar essas recomendações. A comissão trabalhou na elaboração de uma proposta de código eleitoral, em que constam, dentre outras, duas actividades principais. A primeira que é recenseamento automático a partir dos dados dos Registos e Notariado e a segunda que é a criação da comissão permanente, dentre outras. Também há a questão relativa a observação por parte da sociedade civil, a questão relativa também ao processo de comunicação desde o início de processo e toda a integração para que as eleições sejam a imagem daquilo que nós queremos para o Estado sãotomense, que permita a consolidação da democracia.

Esse processo, durante o ano 2024, foi feito com o envolvimento dos partidos políticos que tiveram acesso aos documentos, a sociedade civil e posteriormente houve um relatório de seguimento da União Europeia e finalmente em Dezembro foi atribuído um financiamento para a implementação.

Na semana passada, tivemos um encontro com representantes da União Europeia e os membros da comissão e em princípio todo o processo está pronto para começar. Essa fase de implementação irá precisar do envolvimento dos partidos políticos, porque estaremos a introduzir um código novo, o que quer dizer que ele não pode estar rodeado de nenhuma suspeição. É preciso que todas as classes políticas e a sociedade civil considerem que é um instrumento válido. Então, aproveito para pedir a colaboração de todos nesse processo.

Relativamente ao recenseamento eleitoral, também vai permitir integrar todo os cidadãos residentes em São Tomé e na diáspora, com uma ligação através de uma plataforma segura. Os serviços da Comissão

Eleitoral poderão fazer o apuramento automático. É um sistema que terá toda segurança e de certeza que dará resposta, tanto naquilo que se refere a integração de todos como também a optimização do financiamento e aplicá-lo para outras actividades.

Penso que iremos, com a implementação dessa reforma, reforçar o nosso sistema democrático, mas tudo isso só será possível se encararmos tanto a parte política e sobretudo os Deputados e os partidos políticos com a seriedade e a transparência que nós queremos, porque estamos a falar de eleições gerais e algo que vai determinar depois o País e a nossa democracia.

Para garantir que o processo esteja em bom curso, esperemos que brevemente comece a implementação.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Ministra, pelo esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, de facto sou forçado a regressar. É tanta coisa que está na nossa terra que às vezes acabamos por ultrapassar.

Eu vim cá, porque o Programa assenta sobre a questão de melhoria das condições da vida das pessoas. Para dizer que eu tenho uma postura política que defendo, quanto à questão de conservação da paisagem. Estou a falar do Príncipe. Entendemos que devemos conservar toda a paisagem verdejante, praias e tudo, para que quem vem, visitantes, estaremos a promover o turismo, mas nós não entendemos que devemos desenvolver políticas para que quem vive lá melhore o seu nível, respondendo um pouco ao Sr. Ministro. Sr. Ministro, é preciso tomar decisões políticas para fazer as coisas. Nós vivemos lá! Essa conservação de paisagem só em nome do turismo, turismo, quem vem visita, toma banho na praia, passeia e vai embora, nós continuamos com um nível bastante baixo de sobrevivência, tanto ao nível de habitação, infra-estruturas. Não é possível! Nós temos que tomar decisões políticas, senão continuamos com o povo na miséria.

Também, Sr. Primeiro-Ministro, o Príncipe já vai a cerca de 2 anos sem comunicação. Não há sinal de TVS nem da Rádio Nacional. As pessoas não assistem, não há mesmo e até hoje não se toma medidas. O Governo Regional não se pronuncia, já fizemos mil e tal críticas e ninguém diz nada. Até este momento ainda as pessoas estão com bastante dificuldade para poderem acompanhar notícias nacionais. Nós precisamos de desenvolvimento da cultura, porque esta questão de parabólica é outra cultura e é por isso que está a surgir um monte de situações no nosso país de esfaqueamento, porque tudo que a gente vê em Moçambique e não sei onde, matando uns aos outros. Eu estava a dizer aqui, precisamos avançar, para desenvolver a cultura nacional, TVS. O Príncipe precisa disso.

Muito obrigado.

Uma Voz do ADI: — Outras paragens.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Outras paragens. Muito obrigado, Vice. É uma questão de correcção. Mas também o que mais assistimos na parabólica é lá. Ok, em outras paragens.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Não sei se o Governo quererá rebater a última questão.

Não querendo, vamos encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Sra. presidente, é uma questão transversal, apenas um pedido de esclarecimento. Depois de ouvir a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, relativamente à questão do código eleitoral, fiquei em dúvida e penso que quase todos Deputados também. É para sabermos qual é o nível de implementação desse código, tendo em conta que ainda não passou por cá. O código eleitoral é uma lei, acho eu, e ainda não passou pela Assembleia. Não sei se foi aprovado em Conselho de Ministros e vai-se já implementar ou se é uma questão que tem que passar por cá para ser aprovado, promulgado e publicado e depois para entrar em vigor.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — A questão foi dirigida directamente à Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, que abordou a questão na qualidade de ex-Ministra da Justiça, e não sei se quererá esclarecer a questão.

Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

A Sra. **Ministra de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Trata-se de um *draft* que será, claro, submetido aos trâmites normais ao nível da Assembleia Nacional, mas a Assembleia Nacional tem acompanhado o processo.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Ministra.

Enquanto Ministra da Justiça, esteve na Assembleia, concretamente no meu Gabinete, conversamos e já tivemos também com a comissão ora criada, mas ainda não se tinha seguido para a submissão à Mesa da Assembleia. Falta esta parte, mas os trabalhos já devem estar preparados para a submissão à Mesa da Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão apenas que nós gostaríamos de trazer também para reflexão do Governo. Sabemos que em um ano e seis meses não é possível fazer tudo, mas isto é uma preocupação já muito antiga. Estamos a falar da digitalização dos serviços públicos e aqui referiu-se muito bem aos serviços do Registo Civil, em que eu ultimamente cheguei a ter uma situação que sinceramente não sabia que o nosso país, em termos de digitalização, já está num nível que se vai buscar a minha avó através do sistema de registo, e todos os filhos que teve. Um grande avanço para o País. Eu, no dia que tomei conhecimento disso, através dos Serviços de Registo disse, pronto, isto é um avanço para o País. Mas temos um problema, Sr. Primeiro-Ministro, a nossa história. Nós estamos a deixar morrer a história deste país. Ainda hoje, mandaram imagens de tudo que é a nossa história aqui no arquivo histórico, mas tudo atirado no chão. O que é possível fazermos disto? Não é possível, junto aos nossos parceiros, procurarmos uma maneira de resgatar todos esses documentos? Porque são documentos que vão desaparecer um dia. E, se um dia nós quisermos contar a nossa história, passaremos a vida a contar com aquilo que nós ouvimos dizer? Porque não temos documentos que justificam tudo isso. Por isso, a Sra. Ministra deve conhecer bem a situação do nosso Arquivo Histórico, seria bom vermos o que é possível fazer. Eu acredito que haverá um parceiro disponível para nos apoiar com isto.

Era somente isso, Sr. Primeiro-Ministro.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior.

A Sra. **Ministra da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior** (Izabel Viegas d' Abreu): — Sra. Presidente, Caríssimos Deputados e Deputadas, Sr. Primeiro-Ministro e Caros Colegas, boa tarde.

Sr. Deputado Raúl, eu quero informá-lo de que essas imagens não se passam de brincadeiras de mau gosto, porque o Arquivo Histórico, neste momento, está numa fase de arrumação e organização de documentos. Não esteve, mas acho que acompanhou a cerimónia de comemoração do Dia dos Mártires da Liberdade, em que fizemos uma exposição com alguns documentos que constam da nossa história. Temos agora um novo Director da Cultura, que é Professor de História, está a terminar já o doutoramento. É uma pessoa que entende bem a casa e estamos a trabalhar nesse sentido de organizar o Arquivo Histórico, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional. Já temos financiamento para o Museu Nacional e vamos alterar todo o processo de exposição do mesmo, em parceria com o Instituto Camões, em que as salas do Museu Nacional terão à disposição a história de São Tomé e Príncipe, desde o aparecimento da cana-de-açúcar até a Independência, organizada sucessivamente, com fase no aparecimento da história do Rei Amador, dos mártires da liberdade, Massacre de 1953 e assim sucessivamente.

E para o Arquivo Histórico também já temos programado no Orçamento Geral do Estado uma verba para a sua requalificação. E nessa fase já passaram tantos anos que não se fez nada naquele Arquivo Histórico e, neste momento, estamos a trabalhar.

Obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Posso compreender este silêncio como o fim do debate.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Está resolvido.

A Sra. **Presidente**: — Então, encerrado que está o debate do Programa do Governo, vamos passar à fase de encerramento da apreciação do Programa do Governo, que passaria por uma intervenção de um deputado de cada grupo parlamentar e obviamente com o pronunciamento do Sr. Primeiro-Ministro, que o encerra.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Muito obrigada, Sra. Presidente da Casa Parlamentar.

Em nome da Coligação MCI/PS-PUN, nós viabilizamos este Programa do Governo e vamos estar atentos, como a Lei nos confere, porque os Deputados são eleitos para fiscalizarem as acções governativas. E dizer que tudo, mas tudo que vem para o desenvolvimento deste país, para tirar o povo santomense da situação em que se encontra, nós da Bancada Parlamentar da Coligação MCI/PS-PUN viabilizamos, e viabilizaremos o que for necessário para São Tomé e Príncipe desenvolver.

Dizer que não vemos no Programa do Governo, não vemos o Orçamento Geral do Estado e não vemos as Grandes Opções do Plano como se fosse algo de um partido em si, porque alguns dos nossos políticos ensinaram-nos que, quando é governo A, governo B, temos que votar contra, seja o que for, mesmo que seja para benefício dos santomenses.

O surgimento do MCI veio mostrar a diferença...

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP): — Diferença de comer dinheiro.

Risos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ...porque não é o Programa do Governo, não é, é o Programa do Governo de São Tomé e Príncipe, para resolver casos que todos nós aqui conhecemos, e sabemos que quase nunca são resolvidos. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, volto a dizer, nós viabilizamos e desejamos-lhe força e coragem, para que São Tomé e Príncipe torne na realidade um lugar onde os sãotomenses sintam a vontade de viver e não ir para países fora, procurar melhores condições de vida.

Muito obrigada.

Aplausos do MCI/PS-PUN e do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, logo de manhã, nas primeiras horas, recebi uma mensagem de um cidadão que está na diáspora, que conhece bem o nosso Regimento e estava a me interrogar, porque é que se pôs o artigo 221º do Regimento. E eu disse-lhe, certamente o Governo quererá introduzir uma moção de confiança. Foi a minha resposta para ele, mas cheguei à conclusão que não era nada disso, pronto. Supõe que é uma questão que podia efectivamente acontecer, mas acredito que todos nós aqui, enquanto Deputados, sabemos da importância deste momento. É um momento que todos devemos unir-nos à volta de um país e de um povo sofredor. Basta de continuarmos a adiar o futuro deste país. Aconteceu o que aconteceu e surgiu um governo, um governo do ADI, porque não há nenhum outro ADI. Há um ADI e este Governo é o Governo do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito bem.

Aplausos do ADI e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Este Governo do ADI está cá para precisamente nos apresentar um Programa do Governo. Nós, o MLSTP/PSD, enquanto uma Bancada Parlamentar responsável, não podíamos, em nenhum momento, pôr em causa este Programa, e nem sequer passou pela nossa cabeça uma moção de rejeição. Nós, desde a primeira hora, chegamos à conclusão que era o momento de nós nos abraçarmos; era o momento de vermos o nosso país, era o momento de defendermos São Tomé e Príncipe, em primeiro lugar. Independentemente das nossas pretensões políticas, há um país e aquele país que eu sempre digo, país real. E hoje a posição do MLSTP é justamente, olhando para este país real e querendo continuar a dar a sua contribuição. Claro que enquanto partido da oposição, Sr. Primeiro-Ministro, vamos fazer o nosso papel, de ser um partido que vai fiscalizar, que vai acompanhar, mas vamos acreditar em si e neste Programa que nos apresenta hoje. Queremos que no final deste mandato, que é o mandato do ADI, que o ADI termine o mandato. Se nós quisermos e como queremos o poder, porque é nossa ambição enquanto partido de oposição, pois também não teria lógica, se o MLSTP, enquanto partido, não ambicionasse o poder. Ambicionamos o poder, mas vamos de maneira responsável, vamos leve-leve com calma. Agora chegou o momento...

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Leve-leve!

Risos de MLSTP/PSD.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Ah, é!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Agora chegou o momento de nós olharmos o nosso país. E hoje dizemos que são 50 anos de independência. Não seria bom que nestes 50 anos nós mostrássemos ao nosso povo que acima dos nossos interesses estão os interesses da Nação e do povo!? Este é o nosso propósito. Queremos que o ADI termine o seu mandato. O ADI não pode terminar o mandato ao meio. Deve concluir o seu mandato e depois na altura própria o povo julgará o trabalho que fez.

Portanto, da nossa parte é isto que gostaríamos de dizer, Sr. Primeiro-Ministro, e desejar ao senhor muita força, muita coragem nesta caminhada.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Gostaríamos, antes de mais, de agradecer aos colegas Deputados pelo importante trabalho que acabamos de fazer. Acreditem que o fizemos para o bem de São e Príncipe e para bem de todos nós. Dizer-vos que de facto acabamos de fazer um importante exercício que é o debate do Programa do XIX Governo Constitucional.

Depois daquilo que observamos e que foi aqui atentamente visto, quero dizer-vos que a Bancada do ADI viabiliza o Programa do XIX Governo Constitucional.

Dizer-vos também que o nosso trabalho e a nossa participação em todo esse processo não termina hoje. Como disseram os outros colegas, nós não devemos abrir mãos da nossa prorrogação que é a fiscalização da acção governativa. Aliás, essa fiscalização deverá ser sobretudo na perspectiva de nós darmos ou continuarmos a dar a nossa contribuição para a implementação com sucesso o Programa. Uma vez este Programa implementado com sucesso, acreditem que será o sucesso de todos nós.

Muito obrigado e bem-haja a todos!

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Deputados e Deputadas, Caros Jornalistas, Funcionários da Assembleia e Povo de São Tomé e Príncipe: Gostaria de manifestar a minha gratidão e os meus agradecimentos pelo exercício que tivemos a oportunidade de assistir cá hoje. Participativo, inclusivo, com ideias, alertas e sugestões para o bem de São Tomé e Príncipe. Esta marca é e será a imagem do comportamento do meu Governo. Eu farei tudo, e tudo como eu disse no meu discurso, para não decepcionar o povo. Eu sei que não é fácil, sei que há muitas dificuldades, há muitas barreiras, mas sem a participação vossa, e eu refiro-me ao povo de São Tomé e Príncipe e a cada um de nós com responsabilidades políticas e institucionais, não será possível mudarmos São Tomé e Príncipe. Aqui falou-se muito sobre os 50 anos da independência, que pode ser uma coisa banal, mas do meu ponto de vista, para cada santo-tomense, devia ser sim uma mudança de paradigma, uma mudança de abordagem, não deixar ficar no papel aquilo que sempre insistimos. Nós temos um país tranquilo, um país com muitas oportunidades, um país com capacidade de estar melhor do que está agora.

Por isso, para terminar, gostaria de dizer que o lema deste Governo é «todos juntos, sem deixar ninguém para trás.»

Muito obrigado.

Applausos gerais.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Posto isto, está adoptado o Programa do XIX Governo. Está assim o Governo munido de ferramenta para trabalhar e a todo tempo a Assembleia Nacional aguarda, com muita expectativa, o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano.

Assim, ao Sr. Primeiro-Ministro, às Ministras e aos Ministros do seu Governo, desejamos êxitos e sucessos na implementação do vosso Programa.

A Sr. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher estará amanhã connosco, porque teremos uma sessão para os trabalhos normais e recorrentes da Assembleia Nacional.

Todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, amanhã estaremos juntos.

Gostaríamos de saudar a todos que nos acompanharam, no País e no estrangeiro, agradecer aos Técnicos da Assembleia Nacional, que tornaram possível a transmissão desta sessão de apresentação do Programa do Governo, e aos técnicos dos órgãos de comunicação social.

Está encerrada a sessão.

Eram 15 horas e 50 minutos.